

4

A política externa brasileira na Primeira República: Idéias, conceitos e projetos políticos divergentes

No capítulo anterior, analisei os mitos políticos que, ao transformarem atores históricos em personagens de uma estória, alimentam a (re)produção de uma narrativa que consolida a memória institucional ao atualizar as figuras do patrono, do herói e do anti-herói de acordo com os projetos políticos dos agentes que executam esse movimento no tempo presente. Nesse processo, apesar das diferentes interpretações que são elaboradas a partir do aspecto que se quer enfatizar na construção dos personagens, todos possuem e procuram preservar um elemento do qual depende a permanência e eficácia da memória institucional: a despolitização da atuação diplomática de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Manuel de Oliveira Lima na Primeira República.

Este capítulo procura, ao contrário, recuperar a dimensão política da atuação desses agentes por meio da análise de seus projetos específicos para conduzir a inserção internacional do Brasil no início do século XX. Através da análise dos sistemas conceituais que estes agentes elaboram para defender seus projetos específicos dentro da própria instituição, recuperamos a dimensão de competição política e de divergência quanto à forma como deveria ser conduzida a inserção internacional do Brasil. Muito embora os três atores-chave desse período dialoguem por meio de um mesmo conceito - *pan-americanismo*, o qual caracterizaria então a política externa do período para os seus contemporâneos -, cada um deles constrói sistemas conceituais distintos para definir sua versão da política pan-americanista a ser implementada. Estes sistemas, por sua vez, sinalizam divergências profundas sobre quais deveriam ser as posições brasileiras no cenário internacional ou mesmo sobre a sua natureza. A recuperação da dimensão política é crucial para recompor os personagens em agentes e iluminar o processo de construção da tradição como parte da elaboração da memória institucional.

4.1. Narrativas consolidadas no estudo da política externa da Primeira República

O prosseguimento ascendente da marcha imperialista em escala mundial, com a conseqüente redefinição do equilíbrio de forças entre as grandes potências, *forçaria* o governo brasileiro a voltar-se para o continente americano. Como se não bastasse, também o estágio em que se encontrava o país *empurrava-o* para um relacionamento internacional mais diversificado e paritário.²¹⁴

A literatura acadêmica sobre a política externa da Primeira República consolidou dois tipos de interpretação sobre a natureza da mudança de eixo de Londres para Washington - processo caracterizado a partir do conceito de *americanização* - no qual se inclui a execução de uma política pan-americanista: a primeira atribui essa mudança a forças históricas impessoais, como coloca Marco Nogueira ao afirmar que o governo brasileiro teria sido forçado a fazer essa escolha em função da marcha das transformações no cenário mundial; a segunda atribui essa escolha à capacidade de Rio Branco de analisar o cenário internacional e as necessidades domésticas do Brasil e de agir em matéria de política externa de forma pragmática para atingir os objetivos maiores do Estado brasileiro.

Este último tipo de interpretação ganhou profunda aceitação na escrita da história da política externa brasileira e tem como principais representantes o brasilianista Bradford Burns, o historiador das relações internacionais, Clodoaldo Bueno, e o embaixador brasileiro Rubens Ricupero²¹⁵. Com base em suas interpretações sobre a política externa do período, estabeleceram-se dois paradigmas de ação da diplomacia brasileira associados às escolhas do Barão²¹⁶: a capacidade de agir pragmaticamente – e os benefícios que essa atitude traria para a condução de política externa – e a idéia de amizade especial com os Estados Unidos como orientação para a atuação internacional brasileira, o que se

²¹⁴ Nogueira, 2010, p.266, grifos meus.

²¹⁵ Ver Burns, 2003 e 2006, Bueno, 2003, e Ricupero, 1995.

²¹⁶ Conduru, 1998, p.67.

convencionou chamar de “paradigma americanista”. Sobre a versão produzida por Rubens Ricupero - que circula amplamente no campo diplomático, dado este ter sido professor do Instituto Rio Branco durante a década de 1980 - Guilherme Conduru, também um diplomata de carreira, afirma que

[o] sucesso dessa política teria estabelecido um verdadeiro paradigma para a diplomacia brasileira posterior. [...]. No que concerne às relações com os EUA, Ricupero reproduz a mesma argumentação de Burns e Bueno: a aproximação constituía expressão do realismo e do pragmatismo da política externa de Rio Branco.²¹⁷

O que vemos em leituras como essa é uma característica que já anunciamos no capítulo anterior, qual seja, a presença de um nível de ratificação, em trabalhos acadêmicos, dos mitos políticos relacionados à política externa da Primeira República que permeiam as narrativas que compõem a memória institucional do Itamaraty²¹⁸. Não cabe aqui discutir quem elaborou inicialmente esse tipo de interpretação e se essa literatura produziu ou apenas ratifica essas leituras; o que importa é demonstrar o quanto essas narrativas muitas vezes se confundem com a memória institucional do Itamaraty e persistem mesmo em tentativas de estabelecer um posicionamento crítico diante delas. Alexandra de Mello e Silva, por exemplo, analisa o que ela compreende como “quadros cognitivos” que orientam as ações da diplomacia brasileira, isto é, a maneira como os atores – em sua maioria chanceleres – perceberam o sistema internacional e suas propostas de inserção internacional na região e no cenário internacional como um todo ao longo do século XX. Nesta chave, a autora afirma que

[a] abordagem histórica nos permitiu, ainda, capturar dois componentes fundamentais para uma análise dos quadros cognitivos que orientam a diplomacia brasileira: as noções de *tradição* e *continuidade*. Assim, aqueles atores foram

²¹⁷ Conduru, *op. cit.*, p.68-9.

²¹⁸ Assim podemos entender a avaliação de Borges acerca da influência da política externa desenvolvida por Rio Branco nas décadas seguintes. Afirma a autora que “[d]esenvolvida com peculiar traço de continuidade e de coerência, essa diretriz de política externa continuou a influenciar a diplomacia brasileira mesmo depois de seu falecimento, em 10 de fevereiro de 1912, que, longe de interromper as diretrizes de política externa por ele inauguradas, cedeu campo para que seus sucessores, embora com algumas variações, seguissem a mesma linha de atuação, tanto no que se referia às relações exteriores do Brasil com a América Latina, quanto no que dizia respeito às relações com os Estados Unidos.” Borges, 2007, p.58

escolhidos justamente por serem, simultaneamente, os conformadores e os seguidores de uma determinada tradição diplomática, que, como veremos, é sempre elaborada de forma seletiva.²¹⁹

A autora atenta para uma característica que orientou esta pesquisa e que, por isso, está presente nesta dissertação: a presença da idéia de tradição – e de seu simulacro, a continuidade – em narrativas da história da política externa brasileira. Embora atente também para o caráter seletivo dessa tradição, a autora acaba subscrevendo as narrativas institucionais ao descrever, através do que ela caracteriza como uma “abordagem histórica”, a maneira como chanceleres se relacionaram com os dois principais paradigmas de política externa. Assim afirma que “[o] americanismo de Osvaldo Aranha comportava crenças tanto normativas quanto pragmáticas, podendo ser considerado como uma espécie de síntese bem equilibrada das concepções de Rio Branco e Nabuco”²²⁰ e que

Aranha e João Neves serão os responsáveis pela continuidade daquilo que, então, já era percebido e incorporado como uma tradição da diplomacia brasileira ou o “legado” de Rio Branco: a concepção de que os EUA deveriam se constituir no principal eixo da política externa, ainda que esta centralidade pudesse adquirir nuances variadas.²²¹

O interessante é notar que mesmo as mudanças nos chamados quadros cognitivos são apresentadas dentro de uma narrativa de continuidade através de resgate de elementos já presentes nesse acervo diplomático. Assim, da mesma forma como ocorre com a percepção de mudanças, inseridas em uma narrativa de continuidade, até mesmo as versões desses dois grandes paradigmas encontram nos pais fundadores suas raízes genealógicas. Nabuco, por exemplo, será considerado pai fundador do “americanismo ideológico” por preconizar, ainda segundo Silva, uma aproximação com os Estados Unidos que se transformasse em uma aliança “automática e intelectual”. Nesse sentido, Nabuco constrói um paradigma que orientará decisões posteriores da diplomacia brasileira e que

²¹⁹ Silva, 1995, p.96, grifos da autora.

²²⁰ Ibidem, p.104.

²²¹ Idem.

estaria baseado em “crenças que tendem a privilegiar fatores de ordem normativa e/ou filosófica na justificativa da aliança”.²²² A autora também defende outro ponto importante para a discussão que esta dissertação desenvolve. Ela afirma que, muito embora os projetos de Rio Branco e Nabuco não terem sido consensuais em seu período, eles assim aparecem por terem sido vitoriosos nas disputas políticas de então. Contudo, Silva novamente ratifica o fato de este projeto vitorioso ter se transformado em um paradigma de política externa – o *americanismo* – graças aos esforços conjuntos destes dois atores, paradigma este que só viria a ser substituído com a elaboração do *globalismo*.²²³

Se deixarmos de lado o processo de ratificação em que incorre a narrativa da autora e seguirmos algumas de suas pistas para entendermos o mecanismo de produção da memória institucional, podemos tentar elaborar uma análise alternativa desse momento fundacional que traga à tona, primeiramente, os embates políticos do período e que, indiretamente, revele o quanto as construções posteriores (que prezam o consenso em torno da política de americanização do Barão) produziram silêncios sobre essas disputas e sobre os projetos políticos que se apresentavam como alternativas de inserção internacional. A execução desses objetivos requer, primeiramente, uma análise detalhada dos termos em que se apresentavam esses debates e dos círculos e redes de sociabilidade em que se inseriam os agentes protagonistas dessas disputas.

4.2.

O debate acerca dos modelos de inserção internacional ao final do Oitocentos

A literatura sobre a história da política externa brasileira convencionou chamar o processo de transferência do eixo da atuação internacional brasileira de Londres para Washington operado nas décadas iniciais do período republicano de “americanização”.²²⁴ A adoção dessa categoria incide em dois problemas de

²²² Silva, *op. cit.*, p.102.

²²³ *Ibidem*, p.97.

²²⁴ Cardim e Almino, 2002, p.160.

acordo com a perspectiva adotada nessa dissertação²²⁵. Primeiramente, ela caracteriza um processo estrutural de médio prazo e, com isso, marginaliza os eventos que não conformam à sua dinâmica e subordina a atuação política dos agentes às tendências maiores do processo. Em segundo, a categoria ignora os usos correntes do conceito de “americanismo” em voga no momento – e suas alternativas, como os conceitos de “iberismo” e “latino-americanismo” – e, assim, novamente marginaliza os sentidos que esse processo poderia adquirir para os agentes encarregados de sua implementação, além de velar os sentidos políticos dos debates que envolviam o seu emprego.

Dessa forma, observar os debates de então é entender que a mudança operada nas décadas iniciais da República não pode ser, portanto, caracterizada como um simples processo de reorientação na busca de um parceiro preferencial no cenário internacional. Ao final do Oitocentos, o debate aponta para o fato de que as diretrizes de política externa eram discutidas à luz de uma preocupação maior: quem, no cenário internacional, deveria ser eleito pelas elites brasileiras como modelo para o processo de formação do Estado brasileiro?

4.3. Debate de idéias, tradição e sociabilidade na Primeira República

4.3.1.

“Somos da América e queremos ser Americanos” – *Iberismo e Americanismo* no início da República

A mudança de regime colocou esse problema no cerne do debate na década de 1890. Se o regime monárquico não colocava dúvidas em relação aos países que deveriam servir de modelo ao desenvolvimento do Estado brasileiro, a proclamação da República e o apelo que o partido republicano já publicara em

²²⁵ Ver ainda Cervo e Bueno, 2008, Bueno, 1990, 1997 e 2003. O emprego dessa categoria não se restringe apenas ao campo de estudos de política externa. Teresa Malatian, biógrafa de Oliveira Lima, afirma que “[a] essa visão dos Estados Unidos como modelo para o Brasil, dominante apesar de não unânime, correspondiam relações diplomáticas cordiais que se direcionavam para uma “americanização” da República, ou seja, para o deslocamento do eixo político de Londres para Washington, apesar de não se poder dizer que houvesse um projeto definido para a política externa brasileira”. Malatian, 2008, p.499. Ver ainda Borges, 2007, Castro, 2007.

1870 – “Somos da América e queremos ser Americanos” – instigou a elite política brasileira a refletir se a mudança de regime implicava ainda uma associação mais íntima com as demais repúblicas americanas em detrimento das relações com os países europeus. Semelhante ao processo que ocorria na América Hispânica,

[a]qui também a abordagem “arielista” [do romance “Ariel”, publicado por José Enrique Rodó em 1900] não se desenvolveu homogeneamente. Enquanto Nabuco e Prado, nos primeiros momentos da República, rejeitavam a aproximação com os EUA e seu uso como modelo, [Oliveira] Lima demonstrou-se extremamente entusiasmado com o desenvolvimento econômico norte-americano em uma série de artigos, reunida no livro *Nos Estados Unidos* (1899).²²⁶

Como aponta Fábio Santos, no Brasil da década de 1890 havia então duas correntes prontas para responder a esses questionamentos e representadas, por um lado, por Eduardo Prado (com sua *A Ilusão Americana*) e Joaquim Nabuco (com *Balmaceda*, especialmente) e, por outro, por Oliveira Lima com sua obra *Nos Estados Unidos*. A primeira corrente reunia aqueles que acreditavam que os Estados Unidos não poderiam servir de modelo ao desenvolvimento brasileiro, fosse porque a raça latina não possuía as mesmas características que a anglo-saxônica e estava instalada em um meio que estimulava as fraquezas da herança ibérica – acentuada pela mestiçagem com raças inferiores, como negros e indígenas – fosse porque o utilitarismo da sociedade norte-americana não produziria benefícios no cenário brasileiro, permeado por noções tradicionais do mundo europeu. Já a segunda corrente advogava que o Brasil deveria se mirar no exemplo norte-americano, tentando emulá-lo na produção de uma elite política que conseguisse contornar o problema da inferioridade da raça latina e preservar os princípios do republicanismo para evitar a degeneração observada nas repúblicas hispano-americanas. Essa segunda corrente será a própria antinomia do *iberismo* desenvolvido por Eduardo Prado, posteriormente atualizado e simbolizado por José Enrique Rodó em seu livro *Ariel* (1900), uma vez que

[p]ara Lima, o americanismo seria um caminho para a atualização do universo ibero-americano, pondo em relevo as similaridades potenciais a serem exploradas no futuro.²²⁷

²²⁶ Santos, 2003, p.81.

²²⁷ *Ibidem*, p.95.

Esses debates e reflexões dessa primeira década republicana se inseriram em uma lógica maior de disputas políticas permeadas pela instabilidade dos governos militares e da movimentação dos partidos a favor da restauração monárquica. É nesse ambiente que é publicado em 1893 o principal libelo anti-republicano - *A Ilusão Americana* - escrito pelo monarquista declarado Eduardo Prado e o primeiro exemplo dessas duas vertentes a ser aqui analisado. Consagrado pela posteridade como a primeira manifestação anti-americana²²⁸, o manifesto de Eduardo Prado adquire sentido apenas se compreendido para além de suas indisposições contra a política externa americana e se interpretado como um posicionamento no debate que contrapunha a proposta iberista ao americanismo como escolhas opostas de formação do Estado brasileiro e, indiretamente, de política externa.

O autor critica o que ele caracteriza como um processo de imitação da república norte-americana por parte do governo brasileiro e aponta diretamente os males que advirão desse posicionamento. Primeiramente, porque seria ingenuidade acreditar na idéia de solidariedade americana. Não haveria nenhum tipo de vínculo entre a recém criada república brasileira e os demais países do continente que justificasse a idéia de que em momentos de crise essa suposição sobreviveria aos rampantes imperialistas dos Estados Unidos ou à política caudilhista dos países sul-americanos. Em segundo, porque as características de raça e meio que proporcionaram o desenvolvimento dos anglo-saxões na América do Norte não podem ser reproduzidos por imitação no meio tropical, dada as disposições naturais das raças latinas serem contrárias às dos anglo-saxões.

Para Prado, em essência, o fracasso das repúblicas sul-americanas e o sucesso, embora nocivo, da civilização norte-americana provavam dois pontos úteis à sua militância política: 1) que a república não era uma forma adequada de governo para as raças latinas que se desenvolviam na tropicalidade e que, por conseqüência, 2) o desenvolvimento futuro do Brasil enquanto nação autônoma só poderia ser garantido à luz da restauração monárquica. Sua análise histórica dessas civilizações, combinada com sua visão de um darwinismo social evolucionista, permitem a ele desenhar uma linha demarcatória entre as raças

²²⁸ Ver crítica dessa interpretação em Carvalho, 2007, p.76-78.

latinas e anglo-saxônicas: se, por um lado, as disposições negativas dos latinos só poderiam ser inibidas com o fortalecimento da Igreja e da Monarquia, instituições herdadas do mundo ibérico, por outro as disposições negativas dos anglo-saxões encontravam pleno desenvolvimento no regime republicano, cujos valores seriam orientados pelo utilitarismo, materialismo e individualismo.²²⁹

Dessa forma, para o autor, o caminho para o desenvolvimento pleno da civilização brasileira não passa pela imitação da sociedade norte-americana, pois as duas raças possuem características contraditórias e estão instaladas em meios que inibem e incentivam disposições diversas²³⁰. A idéia de que a imitação dos Estados Unidos, ocasionada por uma semelhança de regime político, conduziria à evolução moral, política e econômica do Estado brasileiro é o principal componente da *ilusão* americana.²³¹ Assim, se a imitação é inútil e ilusória, que caminho resta ao Brasil seguir para o seu desenvolvimento enquanto Estado e nação? Como as disposições de meio e de raça são contrárias ao desenvolvimento de uma república como a norte-americana no Brasil, cabe às elites políticas recorrerem mais uma vez ao arcabouço de instituições e valores que comporiam a nossa tradição ibérica, capazes de inibir as tendências e disposições negativas do desenvolvimento da raça latina em meio tropical²³². “Nesse contexto, as raízes ibéricas, antes menosprezadas, passaram a ser revistas como fator positivo de identidade.”²³³. Essa é, portanto, a chave de sua *A Ilusão Americana*,

que pode ser considerada uma defesa do iberismo. Para evitar mal-entendidos, anoto que, no discurso que proferiu ao substituir Eduardo Prado na Academia Brasileira de Letras, Afonso Arinos atribuiu a seu antecessor uma posição que chamou de americanista, e que seria partilhada por Rio Branco e Mauá. Mas uma leitura cuidadosa do texto mostra que Eduardo Prado foi americanista “segurando-se ao rochedo da nossa história”, defendendo suas melhores expressões ibéricas, a Monarquia e a Igreja. Isto quer dizer que o que Afonso Arinos chamou de americanismo de Eduardo Prado está mais próximo do que hoje se chama de iberismo.²³⁴

²²⁹ Carvalho, *op. cit.*, p.83.

²³⁰ Felgueiras, 1999.

²³¹ *Ibidem*, p.149, grifos da autora; ver também p.153-4.

²³² Vianna & Carvalho, 2005, p.22.

²³³ Carvalho, *op. cit.*, p.81.

²³⁴ *Ibidem*, p.83-4.

4.3.2.

Formas de *americanismo*: o elogio de Monroe, o medo da “sul-americanização” e o latino-americanismo

Para Eduardo Prado, portanto, ser o Brasil um país americano só teria sentido se este mantivesse seus laços com a Europa e se preservasse os elementos oriundos da tradição ibérica²³⁵. Diferentemente da imagem retratada pela posteridade de que Joaquim Nabuco teria sido sempre um monroísta convicto - mesmo perante as críticas que realiza as conseqüências nocivas da publicação d’*A Ilusão Americana* para a política que desejava implementar - é interessante notar o tom de aprovação à obra de Eduardo Prado que encontramos nos seus diários²³⁶. Na entrada de cinco de dezembro de 1893 anotaria que

A Ilusão Americana, o livro de Eduardo Prado, que eu tantas vezes lhe disse que ia escrever, o que será? O meu era antes - A Perda de um Continente. Expus-lhe, porém, por vezes as linhas gerais e disse-lhe que desejava que alguém o fizesse. É um gênero de propaganda em que há muito o que fazer.²³⁷

Na década de 1890, as obras produzidas por Nabuco²³⁸ terão dois eixos principais: a produção de memórias biográficas e autobiográficas, como *Minha Formação* (1895) e *Um Estadista do Império* (1896), e a crítica ao estabelecimento da república no Brasil e aos governos militares como parte de sua participação no movimento de restauração monárquica, expressas em obras como *Balmaceda* (1895) e *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* (1895).

²³⁵ Borges, *op. cit.*, p.72.

²³⁶ Cabe ressaltar que não farei uma discussão biográfica individual dos agentes históricos aqui analisados; elementos biográficos serão, contudo, instrumentalizados quando servirem para a construção de um argumento, em especial quando denotarem a construção de círculos e redes de sociabilidade compartilhados. Essa ausência, como alguns assim podem conceber, resulta de minha compreensão de que a trajetória de um autor não explica pura e simplesmente as suas escolhas políticas. Assim, parafraseando Bourdieu, não ratifico nesta dissertação a “ilusão do contextualismo biográfico”, quando dados da vida do autor inseridos como contexto de sua ação a auto-explicam. Dessa forma, para aqueles que desejam consultar uma biografia de Joaquim Nabuco recente e que procura não legitimar seus mitos políticos, recomendo Alonso, 2007.

²³⁷ Mello, 2006, p.346, grifos no original. Ângela Alonso complementa afirmando que Nabuco “[i]nvejou *A ilusão americana*, onde viu plágio de suas *Ilusões republicanas*, e do argumento para *A perda de um continente*, que era tratar a barbárie republicana como praga das Américas.” Alonso, *op. cit.*, p.276.

²³⁸ Essa dissertação não objetiva analisar o conjunto das obras de Joaquim Nabuco, pois esse empreendimento não só foge do escopo de análise como requereria outra linha de abordagem. Para um estudo sobre o pensamento de Nabuco, veja, por exemplo, Salles, 2002.

É esse segundo eixo que nos interessa mais atentamente e que fará Nabuco participar dos debates que envolviam as disputas em torno das vertentes americanistas e dos projetos de inserção internacional do Brasil. Nabuco, cuja breve entrada na diplomacia durante o regime monárquico havia se dado em função da falta de espaço na política interna²³⁹, observava com angústia a implantação da República no Brasil durante os primeiros anos de 1890. A percepção de uma república jacobina no Brasil, permeada por desordem, violência e autoritarismo, aterrorizava o monarquista convicto que, em carta para Juca Paranhos (o futuro barão do Rio Branco), apontava para a possibilidade de “paraguaização” do Brasil.²⁴⁰

Assim como Eduardo Prado em *A Ilusão Americana*, Nabuco acredita na idéia do particularismo do Brasil no continente americano, com a diferença de que o autor não subscrevia à tese de, por participarem da mesma raça, os povos latinos possuiriam desenvolvimento histórico semelhante em uma chave determinista e/ou evolucionista. Embora conhecesse a dicotomia “latinos x anglo-saxônicos”, o problema de Nabuco não estaria nas diferenças fundamentais entre as duas raças, mas sim nos efeitos nocivos da republicanização em povos latino-americanos, dos quais acreditava estar o Brasil isento desse perigo pela força de instituições como a monarquia constitucional e o escravagismo vigentes durante o período imperial. Nessa chave, embora Nabuco se utilizasse da idéia de que as nações do continente sul-americano desfrutavam de um ambiente comum, isso não significava que ele equivalesse o Brasil com os demais países da região em termos de raça, meio ou desenvolvimento histórico. A percepção de Nabuco da inserção brasileira no continente sul-americano anterior à adoção do regime republicano em 1889 será pautada pela crença de que o particularismo brasileiro dentro da América do Sul se sustentaria por este possuir um caráter nacional único que proviria de seu desenvolvimento histórico e da maneira como a sociedade se organiza.²⁴¹

A crença de Nabuco no particularismo brasileiro passa a ser abalada com a proclamação da República e, principalmente, com o caos que se seguiu a ela. Será

²³⁹ Alonso, *op. cit.*, p.60-1.

²⁴⁰ Carta de Joaquim Nabuco a Juca Paranhos, sem data (provavelmente datando da primeira metade da década de 1890). Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (AHI-RJ).

²⁴¹ Newcomb, 2008, p.206.

que, como coloca Newcomb, o Brasil seria mais “sul-americano” do que previa Nabuco? Se, para Nabuco, não fazia sentido pensar no Brasil como um país sul-americano e sim como uma monarquia que, apesar de estar localizada na América do Sul, mantinha estreitos laços com a Europa, os eventos subseqüentes a 1889 desafiarão Nabuco a pensar na qualidade americana do seu país. Pior, a instabilidade política e o risco da permanência de militares no poder passarão a temerosamente associar o desenvolvimento brasileiro com os demais países vizinhos. É este processo que ele denomina de “sul-americanização” do Brasil:

[...] mas a que resultado chegamos que as eleições [de 30/10/1893] são feitas com tal encenação! Como o Brasil se sul-americanizou depressa, e com que fúria! Foram logo, no princípio, as enxurradas financeiras da Argentina, que enriqueceram esses pobres diabos de republicanos [...]. Agora as guerras civis de todo gênero! [...] Como isto é sul-americano, como se vê a degradação típica deste infeliz hemisfério – ao lado do despotismo bestial, o republicanismo imbecil do paraguaio!²⁴²

Para Nabuco, portanto, o Brasil, antes ibérico, agora se torna cada vez mais americano ao compartilhar das características do continente – o regime republicano, a ausência de ordem e as ditaduras militares. E, se continuar nesse caminho, será ainda sul-americano. Caso esse processo não possa ser revertido, afirma o autor que melhor que seguir nesse processo de “paraguaização”²⁴³, devemos então voltar nossos olhos para o Chile, pois “[c]omemorava a vitória dos constitucionalistas no Chile, mas receitava, contra o monroísmo dos republicanos, a exportação do modelo político imperial para a vizinhança, incluído o Poder Moderador.”²⁴⁴ Esses dois conceitos – *sul-americanização* e *paraguaização* – são essenciais para entendermos a posição americanista de Nabuco nos anos 1890 e sua percepção da inserção do Brasil no continente.

²⁴² Entrada de 16/10/1893. Mello, *op. cit.*, p.325-6.

²⁴³ Na entrada do diário do dia seguinte, a 17/10/1893, Nabuco anota que “[a] classe de homens que governo [durante os governos militares] é inverossímil, os processos de governo uns torpes, outros indignos, outros ridículos. Copiam os decretos da coleção sul-americana, dos estados de sítio orientais [isto é, do Uruguai], argentinos, bolivianos, que sei eu? A adulação dos jornais ao ditador [o marechal Floriano Peixoto] é tão grosseira como a dos guaranis do Paraguai. É uma boêmia política de ceroulas e chinelas, como não se viu nunca mais desprezível, que nos governa.” Mello, *op. cit.*, p.326.

²⁴⁴ Alonso, *op. cit.*, p.270.

Se, por um lado, caminhar para um destino semelhante ao das repúblicas sul-americanas é visto por Nabuco como uma tendência trágica para a história brasileira, por outro lado, pior ainda consegue ser iludir-se pela idéia de associação com a república monroísta. Sua crítica à imitação dos Estados Unidos como modelo para os países do continente em alguma medida emparelhava com a de Eduardo Prado, pois Nabuco percebia na admiração do monroísmo ianque estímulos a implantação de governos autoritários e caudilhistas em sociedades poucos adequadas a esse regime de governo. Nabuco apontará que, em vista da profunda diferença que caracterizava a formação e o caráter das sociedades da *América Anglo-Saxônica* e da *América Latina* – conceitos empregados pelo autor nessa discussão -, não se poderia esperar que a aproximação entre as duas partes do continente se traduzisse em benefícios para ambas, dada a desordem e o autoritarismo que caracterizavam o governo das *repúblicas sul-americanas* em contraste com os processos norte-americanos.²⁴⁵ Essa não será a leitura de Manuel de Oliveira Lima no início da República²⁴⁶.

À época da proclamação da República, Manuel de Oliveira Lima já havia conseguido entrar para o serviço diplomático, após terminar seus estudos na Europa, por meio de seus contatos políticos na província de Pernambuco. Lentamente, ao longo da década de 1890, consegue abrir espaço e marcar presença nos círculos de sociabilidades caros a Joaquim Nabuco e Rio Branco: o IHGB e a *Revista Brasileira*, núcleo de letrados a partir do qual será fundada a Academia Brasileira de Letras sob direção de Machado de Assis. Data dessa época também o início de sua correspondência com Nabuco e Paranhos²⁴⁷, especialmente por servir ao futuro Barão como pesquisador em arquivos europeus em busca de mapas e documentos²⁴⁸. Em sua correspondência com Nabuco, especialmente, Oliveira Lima discutia, além dos temas em voga da implantação da república e da restauração monárquica, a posição dos Estados Unidos no

²⁴⁵ Borges, *op. cit.*, p.72.

²⁴⁶ *Ibidem*, p.87-8

²⁴⁷ “Oliveira Lima concluiu seu curso em 1888, ano em que estabeleceu relações com o Barão do Rio Branco, que interessado em realizar pesquisas e conseguir publicações em Lisboa, o procurou, por indicação de Araújo Beltrão, dando início a uma relação de proximidade que, não obstante a grande diferença de idade, cerca de vinte e dois anos, se sustentaria por alguns anos em virtude dos interesses comuns na área do conhecimento histórico e das pesquisas arquivísticas.” *Ibidem*, p.81.

²⁴⁸ *Ibidem*, p.89-90.

continente²⁴⁹ e a possibilidade de este servir como um modelo de civilização não só para o Brasil como para as demais repúblicas sul-americanas.

A posição de Oliveira Lima nesse debate foi bastante influenciada por este ter servido na legação de Salvador de Mendonça em Washington, posteriormente ocupada por Assis Brasil, entre 1895 e 1900. Dessa experiência nasce um livro pouco citado por seus estudiosos, *Nos Estados Unidos* (1899), no qual o autor pretende analisar a formação e as características da sociedade norte-americana. Segundo Teresa Malatian,

[a] acolhida favorável da obra nos Estados Unidos confirmou uma posição de não confronto com a política externa norteadada pelo monroísmo, sendo que *seu caráter pragmático foi evidenciado na intenção do autor de elucidar se os Estados Unidos deveriam ser admirados enquanto modelo*. Sua resposta afirmativa a respeito desse país expressava seu deslumbramento e o impacto causado pelo contato com a sociedade norte-americana.²⁵⁰

Para Oliveira Lima, nessa sua fase monroísta, como a denomina Malatian²⁵¹, a aproximação entre a república norte-americana e as sul-americanas produziria efeitos positivos sobre as últimas, que veriam na civilização anglo-saxônica um modelo de desenvolvimento de civilização a partir do laço natural que representavam as suas economias complementares²⁵². Este argumento é inteiramente contrário ao expresso pelo iberismo de Eduardo Prado e baseia-se na aceitação da idéia de que um princípio monroísta orientaria a política norte-americana em sua relação com o resto da América. Assim, se Oliveira Lima acreditava que a república norte-americana poderia servir como modelo para o progresso da civilização nas Américas Portuguesa e Hispânica – porque, de outra forma, elas não alcançariam nem progresso material nem desenvolvimento em suas instituições em virtude da inferioridade de sua raça e das obstruções que o meio, os “trópicos”, colocavam – também percebia que inserção do Brasil no

²⁴⁹ Borges, *op. cit.*, p.86.

²⁵⁰ Malatian, 2008, p.500, grifo meu.

²⁵¹ Malatian, 2001, p.110, e 2008, p.497.

²⁵² Malatian, *op. cit.*, p.501.

continente não precisava ser pautada por uma preocupação com um suposto movimento expansionista dos Estados Unidos²⁵³.

O debate do qual participaram Eduardo Prado, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima no final do Oitocentos tinha como preocupação avaliar que tipo de civilização poderia ser utilizado como modelo para o desenvolvimento do Estado brasileiro. Com a proclamação da República, a semelhança no tipo de regime político, antes inexistente, entre o Brasil e os demais países do continente abria espaço para se perguntar se caberia uma maior associação com os nossos vizinhos latinos e/ou com os Estados Unidos. Enquanto o iberismo negava essa aproximação, os americanismos de Nabuco e Oliveira Lima encontrarão caminhos diversos. Se Oliveira Lima se mostrava otimista quanto ao potencial de emulação que a sociedade americana, apoiada pela Doutrina Monroe, possuía para o conjunto dos países americanos como um passo para o seu acesso ao conjunto dos países civilizados, Joaquim Nabuco negará o caráter positivo da republicanização – expresso pelo seu medo da “sul-americanização” e da “paraguaização” do Brasil - e temerá por uma inserção que privilegie a associação com a América Latina ou com os Estados Unidos.

Contudo, ao final do século XIX, esse debate será ainda tingido pelo surgimento de uma nova corrente - o *latino-americanismo*, uma nova maneira de se pensar a identidade latino-americana - melhor expresso pelo *Ariel* do uruguaio José Enrique Rodó.²⁵⁴ Rodó, ao participar do debate sobre o potencial de emulação dos Estados Unidos para a América Latina, percebe que o maior prejuízo em conceber a república norte-americana como um padrão de civilização está em dissociar-nos de nossas raízes latinas. Estas são a chave para proporcionar um desenvolvimento próprio para as nossas sociedades caso as elites político-intelectuais da América Latina sejam capazes de assimilar os princípios da tradição ibérica e implementá-los na condução de seus governos. Não se trata aqui apenas de voltar-se novamente à Europa, mas sim de atualizar a herança ibérica, a “filiação greco-romana da América do Sul”²⁵⁵, por meio do espírito latino adequando-a, através do recurso à educação e ao cultivo espiritual, ao meio

²⁵³ Malatian, *op. cit.*, p.502-3.

²⁵⁴ Santos, *op. cit.*, p.88.

²⁵⁵ Maia, 2005, p.198.

tropical, que as sociedades latino-americanas ocupam, e combatendo os desafios impostos pela formação de Estados sem cair nos vícios do materialismo e do utilitarismo. Assim,

[a] contribuição da América para a civilização só poderia se efetivar pela via da herança espiritual ibérica, incorporada em seus letrados e em líderes políticos desvinculados do interesse econômico. Essa América se oporia à outra [representada pelos Estados Unidos], aquela da democracia de massas, do utilitarismo e do governo disseminado em todos os estratos sociais. A defesa do “espírito” contra o utilitarismo dependeria da preservação de vínculos com um legado europeu atualizado pelas aristocracias culturais locais.²⁵⁶

Iberismo, Americanismos e Latino-americanismo, propostas diferentes de inserção internacional para a nova república que se consolidava na América. Em todas as matizes desse debate, o que se propunha era escolher as preferências de política externa de acordo com o modelo de civilização que se pretendia desenvolver. Dessa forma, a política externa estava fielmente entrelaçada com a identidade do Estado republicano que se formava, assim como estava associado a características de raça e meio na visão dos participantes desse debate. Se o nosso modelo de civilização é europeu, nada mais correto que manter uma associação preferencial com a Europa, como defendia o monarquista Eduardo Prado. Se, contudo, devemos imitar a república do norte em seu potencial, faremos por admiração de sua sociedade ou por medo de que a associação com as repúblicas sul-americanas se traduza em anarquia e caos político no cenário brasileiro. Eram, portanto, múltiplas as facetas do americanismo a fim do Oitocentos e é através deste debate que procura significá-las que devemos entender a formação do conceito de pan-americanismo na política externa brasileira da primeira década do século XX, pois, sua natureza política demonstrava que “[o] que estava em jogo, em termos da inserção do Brasil no mundo e, conseqüentemente, do projeto nacional para o país, era que tipo de pan-americanismo deveria ser buscado”.²⁵⁷

²⁵⁶ Santos, *op. cit.*, p.30.

²⁵⁷ Bonafé, *op. cit.*, p.201.

4.4.

A politização do pan-americanismo: O emprego de conceitos no debate pela defesa de projetos políticos conflitantes

Como já apontado, o termo “americanização” da política externa é empregado na literatura de forma a demonstrar que houve, na primeira década do século XX, uma transferência do eixo da política externa brasileira implementada pelo então ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco, e o primeiro embaixador nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco. Sob o signo de uma política pan-americana, essa dupla de agentes políticos conseguiu estabelecer uma aliança preferencial com a república norte-americana – chamada pela literatura de “paradigma americanista” – que viria a se consolidar, segundo autores da área, ao longo do século XX em diversos governos.

Contudo, como vimos para o caso do debate “americanismo x iberismo”, também a definição do significado do que seria esta política pan-americana foi objeto de intensas disputas políticas nesse período dentro da própria corporação diplomática²⁵⁸. Ao resgatar, atualizar e re-significar os termos do debate anterior, seus principais protagonistas – Joaquim Nabuco, Rio Branco e Oliveira Lima – formularam concepções distintas do que significava uma inserção pan-americana do Brasil no mundo. Assim, com base em sistemas conceituais que constituíram suas versões do pan-americanismo, esses agentes históricos da Primeira República defenderam seus projetos políticos individuais em arenas tradicionais e não tradicionais do exercício da política: o círculo social pessoal, o campo diplomático e as instituições de reunião de intelectuais.

O círculo social privado, ou melhor, as redes de sociabilidade de cada agente histórico, era o meio tradicional através do qual se fazia política ao longo do século XIX e nas primeiras décadas da República. O mundo da política imperial se constituía por meio das relações pessoais e este foi um traço que persistiu após a mudança de regime. Assim, é importante notarmos que, apesar de possuírem trajetórias individuais distintas, Nabuco, Rio Branco e Oliveira Lima participavam, no começo do século XX, de redes de sociabilidade que se

²⁵⁸ Borges, *op. cit.*, p.20.

encontravam em múltiplos pontos. Nabuco, político pernambucano, fez a trajetória tradicional de formação nas Faculdades de Direito, o exercício do jornalismo, da diplomacia e da política imperial como deputado, instâncias em que construiu amizade com os principais políticos e letrados de sua geração, como Machado de Assis, André Rebouças, Rui Barbosa, Eduardo Prado, entre outros, incluindo dois presidentes da República, Afonso Pena e Rodrigues Alves. Paranhos, diplomata lotado na Europa durante boa parte do Segundo Império, constrói sua trajetória como político e intelectual a partir de sua residência no exterior ao atuar como Conselheiro do Império e, posteriormente, da República, e consegue “construir uma ampla reputação e um círculo intelectual que tinha em sua figura o epicentro de discussões e leituras.”²⁵⁹ Por sua vez, Oliveira Lima construirá suas redes sociais após o retorno da Europa, quando entra para o serviço diplomático brasileiro por meio de seus padrinhos políticos de Pernambuco; será especialmente através de seu serviço nas legações de Lisboa, Washington e Londres que Oliveira Lima tomará contato com influentes políticos brasileiros, entre eles Nabuco e Rio Branco.

Além da própria carreira diplomática, dois círculos de sociabilidade serão imperativos para que Nabuco, Rio Branco e Oliveira Lima consolidem suas redes sociais e fortaleçam a amizade e o contato entre os três: por um lado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada em torno do núcleo da antiga *Revista Brasileira*. Assim como grande parte dos diplomatas brasileiros do período, do qual um dos exemplos mais eminentes dessa prática seria o próprio Manuel de Oliveira Lima, Rio Branco, ainda José Maria da Silva Paranhos, aproveitava a proximidade de centros de documentação e bibliotecas na Europa para produzir seus estudos historiográficos, em uma época na qual a história era um dos instrumentos principais da política, isto é, fonte de argumentos para defender e/ou criticar projetos políticos²⁶⁰ ao que não escapava a área de política externa, especialmente em países que, como o Brasil, estavam envolvidos ainda em disputas fronteiriças²⁶¹. Dessa forma, foi comum convidar diplomatas para se tornarem

²⁵⁹ Pereira e Felipe, 2008, p.490.

²⁶⁰ Gomes, 1996.

²⁶¹ Pereira e Felipe, *op. cit.*, p.497-8.

sócios do IGHB. Paranhos, sócio desde 1867, convidado por conta de seus trabalhos de natureza histórica como diplomata lotado em cidades com importantes centros de documentação²⁶², será eleito presidente da instituição e assumirá em 21 de novembro de 1907, quando o IGHB se consolida como mais um campo de influência política do então ministro das Relações Exteriores, já em seu segundo mandato. Oliveira Lima, por sua vez, ingressou, nesses mesmos círculos com auxílio de amigos influentes, como José Higino Duarte da Costa e José Veríssimo, o que lhe garante entrada na ABL mesmo antes de Assis Brasil e do próprio barão do Rio Branco.

O ingresso nesses importantes círculos de sociabilidade intelectual brasileira, nos quais Nabuco também figurava, facultou-lhe não apenas ampliar contatos, mas também consolidar seu nome no campo intelectual da Primeira República, na medida em que lhe assegurou um certo tipo de relacionamento político que lhe seria útil em momentos distintos de sua trajetória [...].²⁶³

Pensada inicialmente para ser um centro intelectual livre de pressões e influências políticas, a Academia Brasileira de Letras vai se transformar em um dos principais *loci*, ao lado do IGHB, de consagração intelectual, circulação de idéias e principalmente de expressão das disputas políticas que ocorriam no meio diplomático especialmente no momento de eleição de “imortais” para as cadeiras da instituição²⁶⁴. Tendo entre seus membros diplomatas como Graça Aranha, Domício da Gama, Aluísio Azevedo, Salvador de Mendonça, Oliveira Lima, Rio Branco e Nabuco, um de seus fundadores, a ABL, portanto,

apesar de concebida para permanecer um reduto intelectual afastado dos engajamentos políticos e das ingerências institucionais (Gomes, 1996), não logrou permanecer nessa proposta dada a interligação dos campos sociais que resulta em pertencimentos múltiplos dos agentes sociais. O campo diplomático, por abrigar muitos escritores, tendeu a procurar intersecção com a ABL, onde, se não obteve hegemonia, ao menos conseguiu estabelecer ampla penetração do poder estatal em seus diversos desdobramentos pela presença de membros do corpo diplomático na instituição. Constituiu assim uma arena da

²⁶² Borges, *op. cit.*, p.53-4.

²⁶³ *Ibidem*, p.84-5.

²⁶⁴ Malatian, *op. cit.*, p.389.

política pela manipulação da consagração no mundo das letras como recurso de visibilidade e legitimação do Estado em sua proposta de organização da nação republicana.²⁶⁵

Em um momento em que a atividade intelectual não estava dissociada da atividade política e vice-versa²⁶⁶, as disputas entre diferentes projetos de inserção internacional encontrarão ecos nos posicionamentos dos intelectuais-diplomatas em instituições de consagração do mundo letrado. Os agentes com projetos em disputas mobilizaram suas amizades e produziram textos, discursos e artigos de jornais com o fim de avançar suas propostas a expensas de seus competidores. A ABL e o IGHB se conformaram, assim, em extensões da arena política em que a atuação intelectual traduz as disputas pela primazia no serviço diplomático. O interesse de Oliveira Lima, por exemplo, pela participação ativa no mundo acadêmico assumiu intensidade quando de sua presença na legação brasileira em Londres, quando também firma intensa amizade com Joaquim Nabuco e convive com Eduardo Prado. Nesse momento passa a valorizar e se utilizar de sua credencial de membro da Academia em seus textos e, assim, obtém “[...] a inscrição referendada e legitimadora mobilizada como sinal de identidade a favorecer trânsito no mundo das letras, do qual dependia também seu desempenho no mundo da diplomacia.”²⁶⁷

Na construção da política externa do período veremos que Nabuco, Rio Branco e Oliveira Lima utilizar-se-ão de suas redes e círculos de sociabilidade, através de cartas, jornais, livros e de sua presença na ABL e no IHGB, para defender uma determinada concepção individual de “política pan-americana”, cada qual baseada em sistemas conceituais conflitantes. Veremos que, antes que um consenso, mesmo entre Rio Branco e Nabuco, a política pan-americana foi implementada mediante diferentes leituras e defesas de interesses que são expressos nos conceitos criados e/ou re-significados para que os agentes definissem sua posição no debate intelectual.

²⁶⁵ Malatian, *op. cit.*, p.391.

²⁶⁶ Miceli, 1977 e 1979.

²⁶⁷ Malatian, *op. cit.*, p.383-4.

4.4.1. A criação da embaixada brasileira em Washington (1905)

O retorno de Nabuco à arena política em 1900 depois de uma década de reclusão se dará após convite do então presidente Campos Sales, expresso pelo ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, para que Nabuco atuasse como advogado do Brasil na disputa com a Inglaterra pela região dos Piraras, questão a ser resolvida por meio de negociações diretas ou por meio de arbitramento. Data desta época de seu trabalho em Londres a formação da amizade com Graça Aranha, seu assistente, e o aprofundamento do contato pessoal com Oliveira Lima, à época lotado na mesma legação e dono de certo prestígio junto ao então chanceler e a outros diplomatas de carreira.

Data também desta época a volta de suas manifestações americanistas. Se antes estas estavam marcadas pelo medo da “paraguaização” ou da “sul-americanização”, agora surgia outro conceito responsável por seu posicionamento em relação ao caráter da política externa brasileira: o *monroísmo*. Embora Nabuco não deixe de continuar manifestando preocupação de que o Brasil caia no “redemoinho sul-americano” (carta a Rio Branco, 10/11/1902), agora ele percebe como solução a adoção de uma política de aproximação com os Estados Unidos que não despreze, contudo, a importância que a Inglaterra ainda possuía no cenário brasileiro. Em carta remetida a Rio Branco em 07 de setembro de 1902, menos de 3 meses antes de Paranhos assumir como ministro das Relações Exteriores, Nabuco afirma:

[e]stou mais satisfeito agora com a linguagem do Governo sobre o Acre, sobretudo com a linguagem officiosa em relação aos Estados Unidos. Eu sou um forte **Monroísta**, como lhe disse, e por isso grande partidário de aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Se eu fosse o Ministro do Exterior (e o presidente consentisse), caminharia firme, e n’esse sentido, e em vez de pensar em mim para succeder-lhe daqui a dois anos, deveria talvez V. pensar em fazer-me colaborador seu n’aquela política, (unindo as duas legações de Londres e Washington é o que de vera ser, por que é uma só política, hoje a Inglaterra sendo a mais Norte-Americana das nações, mas tanto não proponho porque a novidade é para

estudar), mandando-me a Washington sondar o terreno. Deixemos, porém, o futuro por ora. Basta o dia de hoje.²⁶⁸

O contexto dessa posição monroísta não é tão claro quanto parece. Envolto em meio às tarefas referentes à disputa dos Piraras, agora a ser decidida por meio de arbitramento do rei italiano, Nabuco não voltará a mencionar o tema da política de aproximação com os Estados Unidos em suas cartas e diários até 1905, ano de sua nomeação para a recém-criada embaixada de Washington. Portanto, antes de considerá-lo como um grande defensor da sociedade norte-americana ou um idealista com posições coerentes e consistentes, devemos notar que a preocupação de Nabuco, a essa época, era ainda evitar que o Brasil se assemelhasse às demais repúblicas sul-americanas. Frente ao desafio dos Piraras, Nabuco afirma, em carta para Rio Branco, ser a missão dos homens desse país desfazer a idéia que os europeus e norte-americanos possuem de que o Brasil não pode figurar no rol de “nações brancas”, estando destinados a ocupar um lugar subordinado na política das nações²⁶⁹. A política de aproximação com os Estados Unidos – de forma conjunta com a manutenção do vínculo com a Inglaterra, note-se – manifesta um monroísmo que ainda é expressão das idéias americanistas de 1890, com a exceção de que a imitação e/ou associação com a república norte-americana começa a se apresentar como a saída mais viável para a estabilização do regime brasileiro e para sua ascensão na hierarquia das nações. Seu monroísmo, assim, pode ser entendido como uma alternativa ao problema do processo de sul-americanização que, no nível externo, poderia equivaler hierarquicamente o Brasil a essas repúblicas caóticas da América do Sul.²⁷⁰

O sistema conceitual que forma a posição americanista de Nabuco começa a ser desenvolvido pelo autor com mais clareza quando este é convidado pelo barão, já ministro das Relações Exteriores, a ocupar a recém criada embaixada em Washington, convite recebido com receio e desconfiança por parte de Nabuco. Se Nabuco em 1904 aponta pra Rio Branco o perigo de manter territórios desocupados frente à mania das potências européias de ocupar territórios como

²⁶⁸ Carta de Nabuco a Rio Branco, 07/09/1902, grifo meu, AHI-RJ.

²⁶⁹ Carta de Nabuco a Rio Branco, 02/09/1902, AHI-RJ.

²⁷⁰ Carta de Nabuco a Rio Branco, 02/04/1904, AHI-RJ.

sinal de sua soberania, faz votos indiretos ao ministro para que retorne à legação em Londres ou que seja mantido em Roma. Sua aceitação do convite se faz em meio a suspeitas de que, com isso, o barão quisesse excluí-los de centros de poder importantes na Europa, embora afirmasse concordar com a diretriz de aproximação dos Estados Unidos - política da qual Rio Branco muito se orgulhava segundo Graça Aranha.²⁷¹

A apresentação das credenciais ao presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, é, portanto, apenas o começo de sua relação conflituosa com o ex-amigo, barão do Rio Branco, e da implementação de uma política americana não em inteira concordância com a posição do Itamaraty. Se a indicação de Rio Branco para ocupar a pasta de Ministro das Relações Exteriores foi uma notícia recebida com entusiasmo tanto por Nabuco quanto por Oliveira Lima em 1902²⁷², a criação da embaixada em Washington e a atuação subsequente será um divisor de águas no relacionamento entre os três diplomatas, colocando Nabuco contra Rio Branco e Oliveira Lima contra Rio Branco e em posição de crítica direta ao embaixador. O discurso de apresentação das credenciais é emblemático da compreensão de Nabuco de seu papel enquanto embaixador e, especialmente, da sua visão sobre o papel que os Estados Unidos representava para países militarmente fracos como o Brasil frente ao expansionismo europeu:

O fato é que a posição deste país no mundo lhe faculta grandes iniciativas ainda nessa direção do comum ideal americano. Pela nossa parte veremos sempre tomá-las com o mesmo interesse continental e a mesma segurança nacional que hoje. Todos os votos do Brasil são, com efeito, pelo aumento da imensa influência moral que os Estados Unidos exerceram sobre a marcha da civilização e que se traduz pela existência no mundo pela primeira vez na história de uma vasta **zona neutra de paz** e de livre competição humana. Nós imaginamos esta influência ainda mais largamente benfazeja no futuro, não só para as duas Américas como para o mundo inteiro.²⁷³

²⁷¹ Carta de Graça Aranha a Nabuco, 20/02/1905, FJN.

²⁷² Borges, *op. cit.*, p.96-7.

²⁷³ Discurso pronunciado por ocasião da apresentação das credenciais do Embaixador do Brasil ao Presidente Roosevelt. 24/05/1905 *apud* COSTA, 1968, p.72-73, grifo meu.

A leitura americanista de Nabuco aqui não é mais permeada pelo medo da sul-americanização do Brasil, embora um distanciamento das repúblicas sul-americanas ainda seja considerado. Uma ameaça diferente se traduz nos conceitos de “zona neutra de paz” e “zona beligerante”, a partir de então empregados com frequência pelo autor: é a ameaça do imperialismo europeu e de sua sombra sobre o continente americano. É idéia expressa em carta ao então Secretário de Estado, John Hay, que consolida o cerne de sua posição monroísta:

In the course of it I happened to remark that the beneficent influence of the United States in history is proved by the existence, for the first time, of a large Neutral Zone, as is the whole of Independent America, bent on peace by the side of the other Mass (Europe forming now, by control, alliances, etc., a whole with Africa and Asia), bent on war, either actual or impending. I then added that it would be a great loss for Civilization if no **Neutral Zone** existed by the side of **the Belligerent one**.²⁷⁴

Alguns dias depois da cerimônia de entrega de credenciais anotava Nabuco em seu diário: “Suponho, portanto, que não ficarei mais do que esta administração, fazendo votos para que o Rio Branco se vá de todo. Nesse ponto eu, o amigo, sinto a mesma ansiedade que o Oliveira Lima.”²⁷⁵ Junto a anotações de sentimentos de inimizade a Rio Branco²⁷⁶, Nabuco passa o ano reclamando do posto em Washington em seu diário²⁷⁷ e escreve a Paranhos carta em que discute sobre a doutrina de Monroe e afirma que “preferiria Londres ou Roma, se não fosse o desejo que tenho de cooperar na fundação da nossa **política americana**, que em grande parte tem que ser obra do nosso representante neste país”.²⁷⁸

Ao lado da manifestação de interesse pelos postos de Londres e Roma²⁷⁹, ao qual Nabuco tenta contrabalançar com maior autonomia para exercer seu cargo em Washington com o apoio de Rio Branco²⁸⁰, entra no seu sistema

²⁷⁴ Carta de Nabuco a John Hay, 21/06/1905, AHI-RJ, grifos meus.

²⁷⁵ Entrada de 10 de junho de 1905. Mello, *op. cit.*, p.595.

²⁷⁶ Alonso, *op. cit.*, p.320 e p.318.

²⁷⁷ Entrada de 22 de junho de 1905. Mello, *op. cit.*, p.574.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.577-8, grifo meu.

²⁷⁹ Ângela Alonso, embora admita que Nabuco comece a se expressar enquanto monroísta e a defender uma maior aproximação com os Estados Unidos a partir de 1901, aponta que ele considerava a legação em Washington um destino diplomático ruim. Alonso, *op. cit.*, p.310-1.

²⁸⁰ *Ibidem*, p.315.

conceitual a partir desta carta o conceito de “política americana”, a partir do qual ele passa então a caracterizar sua atuação em Washington. A *política americana* de Nabuco é sustentada sobre o seu *monroísmo*, isto é, a compreensão de que os Estados Unidos podem oferecer influência moral sobre os países sul-americanos e ainda protegê-los do militarismo europeu, de sua *zona beligerante* do mundo, oferecendo-lhes uma *zona neutra de paz* protegida pelo poder naval norte-americano. No sentido da “influência moral” que acredita poder os Estados Unidos exercer sobre o continente, anota em seu diário:

Idéias americanas. O ideal é que todos os filhos do continente tivessem os mesmos direitos e garantias do cidadão americano. Os Estados Unidos fundaram as instituições de todos esses países. Descrever o que é a Argentina, o Chile, o Brasil – nesses o governo é sempre da classe pensante, têm todos alta cultura. O país onde um individuo dispõe da magistratura e por ela dos direitos individuais deverá ser posto em tutela, ou antes esse homem eliminado pela ação coletiva do continente.²⁸¹

Por outro lado, é ainda mais exemplar da maneira como Nabuco enxerga o papel dos Estados Unidos como contendores da pressão européia sua entrada de 12 de dezembro de 1905, época em que já se cogitava a realização do III Congresso Pan-Americano no Rio de Janeiro no ano seguinte:

[...] Escrevo ao José Carlos Rodrigues [editor do Jornal do Commercio] extensa carta. Tópicos: [...] Quero tornar o Congresso [III Congresso Pan Americano] um grande sucesso e a visita do secretário de Estado um grande acontecimento. Para nós a escolha está entre o Monroísmo e a recolonização européia. O equilíbrio dos dois mundos não permite mais a existência de nações isoladas dele e tirando benefícios dele. Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem, e a única proteção da América é o *sea-power* que só os Estados Unidos têm nela. **Monroísmo** é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir. Quero inteligência que pareça aliança tácita. [...] Sem o *sea-power*, um bloqueio alemão do Rio e Santos nos faria *stew in our own juice* [...].²⁸²

²⁸¹ Entrada de 20 de novembro de 1905. Mello, *op. cit.*, p.585-6.

²⁸² Entrada de 12 de dezembro de 1905. Mello, *op. cit.*, p.588-9, grifos meus.

Além de explicitar que sua escolha pelo monroísmo é uma decisão baseada na visão de uma política internacional em que a única saída para o Brasil manter-se independente em um cenário marcado pelas disputas políticas e militares nos continentes europeu, africano e asiático, era colocar-se sob o poder militar dos Estados Unidos, o único país americano com capacidade de fazer frente aos países europeus, Nabuco segue reclamando que sua “política americana” não encontra ressonância no Rio de Janeiro, onde deveria ser reafirmada, pois

[g]ozar de uma vantagem como o Monroísmo sem o reconhecer é mesquinhez e hipocrisia. [...] Mas a política tem que ser feita no Rio. [...] Até hoje o Paranhos não me escreveu uma linha e eu tomo como instruções a declaração que lhe fiz muitas vezes, que ele, se quisesse criar uma **política americana**, me mandasse para cá. [...] [S]e a linguagem do governo não for tão calorosa e convencida como a minha, a visita [do secretário Root] será uma decepção.²⁸³

Nabuco reclamará constantemente de falta de anuência de Rio Branco em relação à política americana que está desenvolvendo em Washington até a realização da Conferência Pan-Americana, em especial da falta de participação do ministro na disputa por tornar o Rio de Janeiro a cidade sede do evento e, posteriormente, dos preparativos para a sua realização. Acreditava que, caso Rio Branco não se posicionasse contra possíveis manifestações anti-monroístas, o papel de destaque do Brasil seria substituído pela Argentina ou pelo Chile, que se aproveitariam dessa fraqueza para sediar o evento em suas capitais.²⁸⁴ Assim, enquanto trabalhava pela realização da Conferência no Rio de Janeiro, pressionava Rio Branco, como em carta em que diminuí o posicionamento iberista de Eduardo Prado frente a um suposto consenso americanista:

O que me escreve o Graça anima-me bastante. *Tenho fé que se fundará definitivamente a nossa política internacional sobre a base assentada por V. com a criação d'esta embaixada.* [...] O nosso Eduardo Prado era o pro-pagandista mais extraordinário que se possa imaginar. Imagine V. que na Ilusão Americana elle se dá como prova do pouco caso e da desatenção com que os Estados Unidos tratam os países da America Latina, os ataques da imprensa americana contra o Salvador de Mendonça na questão da Prata, uma questão, diz elle, em que aquella

²⁸³ Entrada de 12 de dezembro de 1905. Mello, *op. cit.*, p.588-9, grifos meus.

²⁸⁴ Entrada de 13 de janeiro de 1906. Mello, *op. cit.*, p.598.

imprensa não tinha que se meter. Ora lembro-me bem de me ter elle levado à Agencia Dalziell em 1891, creio eu, e de me ter lá mostrado um telegramma àquella Agencia do New York World pedindo telegramma sem limite de palavras sobre a questão da Prata para hostilizarem o Salvador e o informante da Dalziell, quem lhe redigia as notícias sensacionaes, era..... o Eduardo! Fazendo isso e atacando a imprensa Americana por atacar o Ministro do Brazil elle era sempre o mesmo propagandista. É singular, mas é um facto. *Elle no fundo era tão Americano como eu. J.N.*²⁸⁵

Segundo sua percepção, a falta de apoio de Rio Branco à sua política americana que Nabuco sente é fatal ao sucesso da implementação da política externa brasileira. Fazer política americana, em sua percepção, seria essencial para um país sem recursos de poder militar para se defender de possíveis ataques provenientes, por exemplo, de países da zona beligerante²⁸⁶. Cabia, portanto, aos estadistas brasileiros contrabalancear essa deficiência por meio da execução de uma política externa que, para Nabuco, deveria ser orientada pelo pertencimento ao *sistema americano* para que o país pudesse partilhar de sua zona neutra de paz. Em carta a Nilo Peçanha, afirma:

Meus votos portanto o acompanham no seu alto posto, certo de que em nenhum espírito da moderna geração de Estadistas Brasileiros a causa de nossa aproximação aos Estados Unidos encontrará mais firme esteio de que em V. Ex. Para mim esse é o nosso interesse máximo. *Sem exercito e sem esquadra, que nunca se pudessem proporcionar à magnitude do problema, qual seria a sorte do nosso paiz sem política externa?* Nós estamos em um período histórico em que as antigas ficções do direito perdem sempre terreno e a força [...]. Ora o Brasil é um mundo sobre o qual cada dia mais se dirigem as cobiças das nações que tem fome de terra, das Raças que precisam expandir-se. Sem fazermos parte de um systema, entregues aos nossos recursos somente, não poderíamos olhar com sobrançeria aquellas expectativas impacientes.²⁸⁷

²⁸⁵ Carta de Nabuco a Rio Branco, 29/04/1906, AHI-RJ, grifos meus.

²⁸⁶ Em artigo intitulado “O Sr. Joaquim Nabuco e a Doutrina de Monroe”, publicado no Jornal do Comércio a 23 de setembro de 1905 (AHI-RJ), Nabuco atenta para o fato de que a configuração internacional contemporânea não é a mesma do século passado – a Europa não é mais a Europa apenas, e sim a Ásia e a África também, e o surgimento de novos países impõe pressões diferentes no continente europeu. A partir dessa percepção, cabe aos países da América Latina partilhar da Doutrina Monroe como um instrumento garantidor de autonomia e soberania perante essas mudanças e não como um *asset* que os permita transgredir o direito internacional. Sobre a compreensão de Nabuco dos blocos que formam o cenário internacional, ver Pereira, *op. cit.*, p.12.

²⁸⁷ Carta de Nabuco a Nilo Peçanha, 15/10/1906, FJN, grifo meu.

Importante notar que antes uma *política americana* que uma *política pan-americana*. Andrade aponta uma mudança nos conceitos empregados por Nabuco: antes de se tornar embaixador, Nabuco preferia-se referir ao “americanismo” e não ao “pan-americanismo”, termo que começa a utilizar com mais frequência quando ocupa a embaixada em Washington.²⁸⁸ O autor defende que a expressão “pan-americanismo”, que havia aparecido pela primeira vez em um jornal americano em 27 de junho de 1889, teria sido inaugurada no Brasil pelo próprio Nabuco, embora não apresente indícios para confirmar essa afirmação.²⁸⁹ O que podemos perceber, contudo, é que o conceito de “pan-americanismo” só se torna relevante no sistema conceitual de Nabuco a partir dos preparativos para a III Conferência e que antes utilizava a expressão “política americana” para se referir a seu projeto de inserção para o Brasil – que acreditava até então ser compartilhado por Rio Branco. É certamente a partir desta Conferência que o conceito “pan-americanismo” participará, com significados conflitantes, dos debates da Primeira República, bem como será a partir desta época que Nabuco percebe que seu projeto de inserção internacional é diferente do que aquele posto em prática por Rio Branco.

4.4.2. O III Congresso Pan-Americano (1906)

Enquanto Nabuco se preocupava com os preparativos da Conferência, em 1906 a grande questão que permeava o ambiente político do Rio de Janeiro em relação aos caminhos da política externa brasileira se referia a quem ocuparia a pasta de ministro das Relações Exteriores. Rio Branco, no posto desde 1902, não se manifestava frente aos boatos de uma possível indicação de Joaquim Nabuco para o cargo, contra os quais o embaixador se mostrava incrédulo²⁹⁰. Embora a confirmação de que o barão seria mantido na pasta tenha sido recebida em outubro do mesmo ano por Nabuco com alguma decepção, em carta de felicitação ao

²⁸⁸ Andrade, 1978, p.X.

²⁸⁹ Ibidem, p.10.

²⁹⁰ Carta de Nabuco a Evelina Nabuco, 24/09/1906. Mello, *op. cit.*, p.632; entrada de 16 de agosto de 1906, Ibidem, p.631.

ministro faz questão de parabenizá-lo uma vez que sua continuação no cargo é a certeza de que este “não me desconfessará e me dará liberdade de acção, sem a qual nada posso fazer pela amizade Americana.”²⁹¹

Se Nabuco reage na tentativa de confirmar sua autonomia no fazer política externa perante a continuidade do barão no cargo, outros membros da corporação diplomática serão menos sutis em relação in satisfação. À época, Oliveira Lima já tinha deixado clara a sua discordância com a política do barão e levado a mesma a público em jornais, cerimônias públicas, relações pessoais, etc., a ponto de Nabuco comentar com a esposa que o amigo “[a]gora parece que me quer demolir e apresentar-se candidato ao meu posto, talvez esperando que o novo Ministro seja algum amigo dele. Que decepção quando souber que é o próprio Rio Branco!”.²⁹² Mas as animosidades entre os três nem sempre existiram. No começo do século Nabuco e Oliveira Lima eram grandes amigos e a amizade deste com o barão, embora discreta, persistia. A notícia da primeira nomeação de Rio Branco para o Ministério foi recebida como um bom augúrio tanto por Nabuco quanto por Oliveira Lima. O que mudou, portanto, nesses quatro anos?

O novo estilo de gestão por ele [Rio Branco] implantado impunha uma centralização de prioridades colocadas em termos da formação e atuação do corpo diplomático, confrontando gestões anteriores que tradicionalmente atendiam de modo mais difuso a variados interesses que desde o Império consagravam procedimentos clientelísticos nas nomeações.²⁹³

Oliveira Lima foi um dos diplomatas que percebeu essa diferenciação que Rio Branco passou a conferir a seus companheiros de carreira. Habitado a fazer uso de suas relações de patronagem entre políticos importantes na escolha dos postos a ocupar no exterior, Oliveira Lima mobilizou sua rede de contatos contra sua indicação para ocupar a legação no Peru, após servir em Londres e no Japão. Acostumado com o cenário cultural europeu e de estar próximo de centros de documentação nos quais pudesse continuar suas pesquisas históricas, a indicação

²⁹¹ Carta de Nabuco a Rio Branco, 12/10/1906, AHI-RJ.

²⁹² Carta de Nabuco a Evelina Nabuco, 12/09/1906. Mello, *op. cit.*, p.631.

²⁹³ Malatian, 1999, p.378-9.

para um país latino-americano aparecia para ele como um castigo, uma punição, certamente um retrocesso em sua carreira.²⁹⁴

Frente aos apelos de José Carlos Rodrigues e Nabuco, amigos aos quais Oliveira Lima recorreu, Rio Branco mostrou-se inabalável e indeferiu todos os pedidos de reconsideração. É possível que esse tenha sido, senão o início, a consolidação das desavenças entre Rio Branco e Oliveira Lima e certamente o ponto em que estas se tornaram públicas. Ao ver seus apelos e pretensões políticas não atendidas pelo novo ministro, com o qual acreditava nutrir amizade, e sabendo que sua carreira haveria de ser promovida caso continuasse na pasta Olinto de Magalhães, Oliveira Lima acreditou estar à frente da quebra de códigos básicos das relações interpessoais presentes na diplomacia. Sentiu-se, portanto, desobrigado a manter sua atuação nos cânones tradicionais e a seguir as regras não escritas do jogo diplomático, levado a público e se mobilizando contra as ações do barão e daqueles que o apoiavam.²⁹⁵

Será a partir desse momento também que o político pernambucano perceberá a importância da Academia Brasileira de Letras como um local onde poderá expressar suas desavenças e angariar apoio político para suas disputas e a utilizará avidamente²⁹⁶, sendo que a sua cerimônia de posse na ABL “marcara seu ingresso no círculo dos opositores do Barão, fato que se tornaria ainda mais evidente com a colaboração para o *Correio da Manhã*, jornal de oposição ao Chanceler [...]”²⁹⁷ As críticas não se limitaram a maneira como Rio Branco administrava a instituição e ao seu projeto de reforma diplomática, mas se estenderam e se concentraram na política de aproximação do Brasil com os Estados Unidos. A partir do momento em que Oliveira Lima permanece no Rio de Janeiro nos anos de 1903 e 1904 para não assumir o cargo indicado no Peru, começa a colaborar com artigos para *O Estado de São Paulo* em que critica a atual

²⁹⁴ Borges, *op. cit.*, p.98-9.

²⁹⁵ Malatian, *op. cit.*, p.348.

²⁹⁶ *Ibidem*, p.385. No mundo das letras, as disputas políticas e as inimizades ganhavam cores sob as *coteries* do período, e funcionavam como uma expansão do mundo político, um espaço de consagração e de reconhecimento e de mobilização de apoio político para projetos individuais. Ver ainda p.172-3.

²⁹⁷ Borges, *op. cit.*, p.110. Ver também Malatian, *op. cit.*, p.173-5.

orientação da política externa brasileira, posteriormente publicados no volume *Pan-Americanismo* de 1907.

Esse é um momento divisor de água nas idéias que Oliveira Lima publicava sobre o seu projeto de inserção internacional. Como vimos nas seções anteriores, desde sua permanência na legação de Washington, seus escritos marcavam uma posição americanista baseada em uma compreensão positiva da Doutrina de Monroe em que os Estados Unidos deveriam ser tomados como modelo de desenvolvimento moral e de civilização pelos demais países do continente.²⁹⁸ O conflito com Rio Branco marca uma drástica mudança de posição do monroísmo de Oliveira Lima, associado com novas ocorrências no cenário internacional, como a invasão de portos venezuelanos por potências européias.

O artigo que abre livro, “O Sr. Drago, o caso da Venezuela e a Doutrina Monroe”, publicado nas edições de 17 e 18 de novembro de 1903 do *Diário de Pernambuco* enquanto Oliveira Lima ainda está no Rio de Janeiro lutando contra sua indicação para o Peru, indica o sentido que ele começa a conferir à sua antiga posição monroísta. Em defesa da Doutrina Drago, Oliveira Lima afirma que o ex-ministro argentino teria sido o único estadista do mundo latino-americano com coragem de *latinizar* a Doutrina de Monroe²⁹⁹. Para o autor, o antigo monroísmo de 1823 estava sendo corrompido pela idéia de que o seu fiador deveria ser única e exclusivamente os Estados Unidos e avançava a idéia de que os Estados da América Latina deveriam compartilhar dos princípios de Monroe para evitar ataques à sua soberania.³⁰⁰

A indicação de Oliveira Lima para o posto em Caracas, aceito dado o perigo de ser posto em disponibilidade após o tempo que passou no Rio de Janeiro, o fez intensificar as críticas à política de Rio Branco e a aprofundar o sistema conceitual que sustentará o seu projeto de inserção internacional. Nesse período publicará nove artigos n’*O Estado* sobre o título “A Doutrina de Monroe e a Doutrina de Drago”, entre agosto de 1905 e junho de 1906, justamente quando Nabuco esforça-se por não publicizar as idéias de Drago em Washington e barrar

²⁹⁸ Malatian, *op. cit.*, p.137 e p.150.

²⁹⁹ Oliveira Lima, 1980, p.21.

³⁰⁰ *Ibidem*, p.27.

sua discussão na III Conferência. Neles, segue com a tese de que houve uma mudança fundamental no comportamento norte-americano representada simbolicamente pela eleição de Roosevelt: a vontade de os Estados Unidos assumirem a tutela dos demais países americanos e de camuflar esse objetivo sob os auspícios da antiga doutrina de Monroe. Para o autor, se a doutrina afastou o perigo da recolonização européia, “[o] monroísmo é e constantemente foi uma teoria de governo para uso particular do inventor, e um compromisso unilateral ou tomado só com a população nacional, de seguir certa regra de proceder internacional”.³⁰¹ Antes que uma teoria altruísta, o monroísmo estaria sendo aplicado com o objetivo de assegurar uma região de expansão para os Estados Unidos, que se comportariam como o “irmão mais velho” de suas “irmãs latinas”.

Assim percebe Oliveira Lima o comportamento norte-americano em termos do exercício de uma *hegemonia hemisférica* sobre o resto do continente.³⁰² E não poupa crítica ao embaixador Nabuco por incentivar traços dessa política imperialista para a América Latina. Se, para Nabuco, os Estados Unidos representariam uma zona neutra de paz frente à zona beligerante européia, para Oliveira Lima a “grande irmã do Norte” deseja instituir, na III Conferência, um estado de direito que a permita exercer sua tutela frente aos demais países do continente americano ratificado pelo direito internacional americano. Além disso, não cabe às *repúblicas ibero-americanas*, outro conceito empregado por Oliveira Lima para traduzir a região latino-americana, cortar os laços com o continente europeu, com o qual teria maior identidade de interesses do que com os Estados Unidos.³⁰³

Resta saber se o Secretário Root encontrará tão vivo [na III Conferência] quanto imagina o *americanismo*, a deferência para com a potência superior, a quase divindade tutelar, ou se anda tão desvanecido o espírito latino, quanto naquelas repúblicas enciumadas e hostis, o estava o brilhante espírito helênico.³⁰⁴

³⁰¹ Oliveira Lima, *op. cit.*, p.37.

³⁰² *Ibidem*, p.42.

³⁰³ *Ibidem*, p.44.

³⁰⁴ *Ibidem*, p.47.

Nessa concepção, a posição (pan)americanista é concorrente do *espírito latino*, que deveria unir as repúblicas dessa região, pois estas têm em comum as suas raízes ibéricas e uma maior associação com o mundo europeu do que com o mundo anglo-saxão. O pan-americanismo não seria, portanto, expressão de solidariedade continental, e sim a organização da *esfera particular de influência* dos Estados Unidos no continente, que Oliveira Lima temia que fosse ratificado durante a III Conferência Pan-Americana.³⁰⁵ Nesse sentido, o monroísmo não seria mais uma doutrina defensiva do continente, mas sim uma doutrina ofensiva da posição norte-americana, especialmente em sua forma última, o *rooseveltismo*: “novíssima doutrina de Roosevelt, de necessária administração pelos Estados Unidos das finanças de alguns dos países latinos do continente [...]”.³⁰⁶ Se, para Oliveira Lima, há uma contradição entre o *mundo anglo-saxão* e o *mundo latino* que não pode ser dilatada no estado atual do monroísmo, que idéia pode ser elaborada para unir o continente de forma equilibrada sem ameaçar a soberania dos países latino-americanos ou colocá-los sob a tutela dos Estados Unidos?

A doutrina de Drago, consorciada com a tradicional doutrina de Monroe, além de simbolizarem a fusão de dois mundos, anglo-saxônico e latino, fusão moral, sem sacrifício das suas respectivas soberanias, bastam para impedir não só ocupações como até violações de territórios independentes.³⁰⁷

A seguridade continental, tema caro para Nabuco e base de sua defesa da Doutrina de Monroe e do pan-americanismo, é entendida por Oliveira Lima como aplicável apenas se latinizarmos o monroísmo, o que significa consorciar a Doutrina de Drago com a Doutrina de Monroe. Enquanto isso não for realizado, o pan-americanismo continuará apenas como expressão do imperialismo norte-americano. Em uma apropriação atualizada do latino-americanismo, Oliveira Lima lembra que a relação entre os dois mundos deve ser pautada pelo reconhecimento, por parte do mundo latino, de sua herança ibérica e de seus laços com a Europa – laços de raça, que os separam ainda mais dos Estados Unidos - e

³⁰⁵ Oliveira Lima, *op. cit.*, p.50.

³⁰⁶ *Ibidem*, p.60.

³⁰⁷ *Ibidem*, p.71.

de que a imitação do mundo anglo-saxão levará à sua subserviência e ao sacrifício de suas soberanias:

A consciência do quanto devemos à Europa é o melhor freio a qualquer quixotismo de um monroísmo que se tornar amplamente americano, não somente americano no sentido de Estados Unidos com esta extensão de compreensão é que daremos à famosa doutrina a sua verdadeira e nobre significação de seguridade continental, que o embaixador Nabuco divisa na afirmação da política do governo de Washington.³⁰⁸

A publicação desses primeiros artigos, antes da realização da III Conferência, se objetivava construir uma posição contrária à política externa empreendida por Rio Branco e diminuir o apoio ao chanceler (parte da estratégia de Oliveira Lima de modificar sua inserção institucional), teve como efeito colateral o abalo de sua amizade com Nabuco. O conflito entre os amigos começa com carta enviada por Oliveira Lima para Nabuco em que ele critica a posição rooseveltista do embaixador e a associa com um deslumbre americano de uma personalidade por demais calorosa em suas causas:

Tenho acompanhado com curiosidade e interesse as manifestações de seo monroísmo ou melhor do seo rooseveltismo e, apesar de conhecer o entusiasmo que o seo temperamento poe em todas as causas porque se apaixona, não o julgo capaz de tanto americanismo. [...] Não posso dizer que o applaudo sem reservas, porque o meu monroismo é menos caloroso e o meu rooseveltismo o é ainda menos. Reconheço as qualidades do outro. Reconheço as qualidades do astro que o Snr descobriu tão fulgurante do seu “observatório político”, mas também vejo, posto que a olho nu, sem o telescópio do seu grande talento, as manchas do sol. [...] Será porque o examino do observatório venezuelano à uma luz defeituosa [ilegível]. O Snr aliás tinha bem razão quando uma vez escrevia que eu devia vir à América do Sul para completar o conhecimento do nosso mapa-mundi diplomático. A minha instrução no assunto não seria completa sem esse espetáculo, e o momento não foi mal escolhido porque a comédia está no ponto culminante da intriga. No Japão e na China apreciei quanto pode ser ordinário um europeu culto, e em Venezuela estou vendo como podem ser ladrões e especuladores europeus e americanos.³⁰⁹

³⁰⁸ Oliveira Lima, *op. cit.*, p.73.

³⁰⁹ Carta de Oliveira Lima a Nabuco, 23/10/1905, AHI-RJ.

Oliveira Lima demarca claramente nesta carta a diferença entre o antigo monroísmo e o atual praticado pela administração de Roosevelt com o conceito de *rooseveltismo* e o associa com uma posição americanista que, pelo teor da carta, se contrapunha a uma visão latino-americana dos eventos internacionais – que afirma possuir por servir em Caracas. Em carta de 05 de janeiro de 1906, Oliveira Lima continua a defesa de uma posição autônoma do monroísmo de Roosevelt e Root e deixa claro para o amigo que já tomou sua posição em relação a esse assunto publicamente n’*O Estado*. Nesta carta ainda é claro o seu desentendimento com o barão. Apesar de elogiar a posição monarquista do barão – que, segundo Oliveira Lima, é o que “dá tom para os Americanos”, afirma que aguarda “com impaciência o momento em que não estaremos mais em comunicação oficial e poderei prende ma revanche como é de lei.”³¹⁰

A resposta de Nabuco não segue essas duas primeiras cartas que expressam a visão particular do amigo. Ela vem através de manifestações em seu diário, no qual anota que o amigo está sofrendo da doença da “incontinência da pena”³¹¹. Dias depois envia carta a Oliveira Lima no qual o acusa de querer o fracasso da conferência ao tomar o partido da Venezuela e condenar os aliados políticos de Nabuco.³¹² E continua seu desabafo no diário:

O Lima é um torpedo diplomático. O que me disse um colega do modo por que ele escreve para cá. Preferia vê-lo na Europa e, durante a Conferência, nas águas. [...] Eu estimei o Lima não aceitar o México, não posso colaborar com ele na mesma esfera de ação americana. Ele fica melhor na Europa.³¹³

Nabuco percebia o posicionamento de Oliveira Lima como um perigo para o sucesso de sua política americana. Os artigos que publicava e sua birra com Rio Branco levaram Nabuco a querê-lo bem longe da sua “esfera de ação americana”, em algum lugar em que as manifestações do seu anti-monroísmo não corroessem o apoio à política que implementava em Washington. Em uma das últimas cartas que trocam, em que Oliveira Lima afirma que sua carreira diplomática persistirá

³¹⁰ Carta de Oliveira Lima a Nabuco, 05/01/1906, FJN, grifo do autor.

³¹¹ Entrada de 03 de fevereiro de 1906. Mello, *op. cit.*, p.598.

³¹² Carta de Nabuco a Oliveira Lima, 01/03/1906, FJN.

³¹³ Entrada de 02 de março de 1906. Mello, *op. cit.*, p.603-4.

apesar das discordâncias com o barão, o diplomata pernambucano se defende das acusações de Nabuco e tenta adverti-lo de que há manifestações na opinião pública brasileira e latino-americana contra o seu “excessivo americanismo”:

Vejo que fiz uma gaffe, pois que o regime de turíbulo a que o Snr tem andado sujeito, posto que muito agradável para si tolhe essa liberdade [a de dizer verdades] a amigos do meu gênero. Entretanto se o snr tivesse alguns assim no Brasil, ver-lhe-iam de sua política de excessivo americanista não é bem vista da opinião brasileira, mas da opinião latino-americana em geral, nem, segundo estou informado, do nosso próprio governo, [...]. Isto é o que me dizem jornaes, publicações e cartas e como tão pouco partilho do seu entusiasmo rooseveltiano, entendo que não havia peccado em deixal-o perceber. Ao que se passa, porém, o Sr. ficou irritado com a minha franqueza (defeito meo, reconheço), foi, é evidente, não em usada com o Embaixador, e sim com o Amigo. Não tomo partido da Venezuela [...]. Não desejo para a Conferencia mal algum, apenas preferindo que não aconteça si ella tivesse que marcar uma vassalagem do Brazil à política do actual presidente dos E. Unidos.³¹⁴

A resposta de Nabuco segue em carta de 30 de março do mesmo ano em que afirma que se estas são as condições para a manutenção da amizade com o amigo, de este continuar querendo dizer-lhe “verdades”, o antigo abolicionista prefere não partilhar mais deste privilégio, encerrando a amizade que havia entre os dois³¹⁵. Esse acontecimento tem um grande impacto na vida de Oliveira Lima, a ponto de ele defender a veracidade de seu posicionamento com o amigo em suas memórias, mas não o impede de seguir criticando a política do barão e as ações do embaixador em artigos n’*O Estado* após o fim da Conferência. Nabuco comenta em cartas à esposa que percebe esta atitude de Oliveira Lima como uma tentativa deste de promover sua ascensão na carreira diplomática a partir da possibilidade da entrada de um novo ministro em 1906, apresentando-se como candidato à Embaixada em Washington³¹⁶, e ao publicar artigos cujos títulos “[c]ada um para um diplomata [seria] um auto de corpo de delito”³¹⁷.

³¹⁴ Carta de Oliveira Lima a Nabuco, 18/03/1906, FJN.

³¹⁵ Carta de Nabuco a Oliveira Lima, 30/03/1906, AHI-RJ.

³¹⁶ Carta de Nabuco a Evelina Nabuco, 12/09/1906. Mello, *op. cit.*, p.631.

³¹⁷ Carta de Nabuco a Evelina Nabuco, 24/09/1906. Mello, *op. cit.*, p.632.

Se Oliveira Lima cobiçava ou não o posto em Washington, não há como averiguarmos. Contudo, é certo que sua estratégia era demarcar uma posição oposta aos projetos políticos de Nabuco e de Rio Branco e assim o fazia com a criação de um novo sistema conceitual que desenhava em seus artigos e que se baseava em duas premissas: a) a diferença fundamental entre o mundo saxão e o mundo latino, que necessita reaver suas raízes com a tradição ibérica e a Europa para promover a civilização, como defendia o latino-americanismo de *Ariel*; b) a transformação do monroísmo de 1823 em uma doutrina ofensiva, o *rooseveltismo*, que fazia do americanismo uma atitude pró-dominância dos Estados Unidos sobre o continente e de contestação à soberania dos países *ibero-americanos*, como os definia.

A Conferência Pan-americana ocorreu sem que a Doutrina Drago fosse discutida e sem que a Doutrina de Monroe fosse ratificada. Nenhuma deliberação saiu do papel e a III Conferência seguiu o rastro das anteriores, sem caráter de lei. Esse resultado não deixou de ser notado por Oliveira Lima. Em seus artigos após a Conferência, Oliveira Lima critica a idéia de se construir um *sistema americano* independente do *sistema europeu*. Esta atitude falharia porque o primeiro seria dominado por Washington e também porque em uma eventual consulta os países recorriam sempre a um sistema misto, como a Conferência de Haia que seria realizada no ano seguinte. Não haveria um “sistema pan-americano diverso do europeu”³¹⁸, pois mesmo a América Latina não poderia cortar suas raízes (de raça e de cultura) com a Europa. “Não se compreende aliás muito bem a expressão, tomada no seu sentido particularista, de direito público americano, quando são tão estreitas as ligações de cultura entre o Velho e o Novo Mundo [...]”³¹⁹

Nesse sentido, o pan-americanismo seria um instrumento da política norte-americana de consolidação de seu *imperialismo* sobre as repúblicas ibero-americanas e isso só poderia ser modificado caso a atual forma de monroísmo fosse latinizada para descaracterizar o predomínio dos Estados Unidos e para que deixasse de ser um instrumento de seu imperialismo no continente. Os Estados

³¹⁸ Oliveira Lima, *op. cit.*, p.89.

³¹⁹ *Ibidem*, p.94-5.

Unidos não formariam uma “zona neutra de progresso e de paz”³²⁰, mas sim seriam acometidos pelos mesmos desejos imperialistas que agora veríamos no continente europeu. Assim, “o sistema continental americano é que visa estabelecer uma esfera de influência que abrange um mundo e busca torná-lo exclusivo da nação mais forte do sistema”.³²¹ Essa realidade só seria diferente, com a contestação do predomínio norte-americano, “se entre os países latinos do continente vingasse o espírito de solidariedade a que deviam em tal campo tender e que não é forçosamente infenso [...] à união com o elemento anglo-saxônico.”³²² A realidade do *sistema continental americano*, portanto, só seria mudada caso os países latino-americanos reconhecessem os laços de raça e de cultura que os unem e, com isso, praticassem a solidariedade continental que impediria o exercício do imperialismo pelos Estados Unidos, mas não uma amizade equilibrada entre os dois mundos, a latina e a anglo-saxônica.

Alguns autores apontam que “o desvendar do imperialismo norte-americano, expresso no pan-americanismo, foi lentamente gestado na obra de Oliveira Lima”.³²³ Não há evidências que suportem essa afirmação. O que surge, contudo, da análise dos seus escritos e de sua atuação política não é a clarividência de uma realidade a que o autor lentamente se aproxima, mas sim a implementação de uma estratégia que se expressa em uma virada em seu posicionamento, realizado nos anos de 1903-4, quando a crítica ao monroísmo - antes plenamente adotado em sua obra - se conjuga com o seu afastamento do círculo do Barão e com a defesa de um projeto político alternativo à política americana de Nabuco, esta como forma de explorar nichos alternativos para a sua ascensão, ou mesmo permanência, no campo político. Dessa forma, Oliveira Lima se utiliza de outros espaços de sociabilidade não estritamente políticos, como a ABL, para conduzir a defesa de um projeto político alternativo de inserção internacional, além de expressar o seu posicionamento institucional através de sua atividade como polemista, historiador e crítico literário, aproveitando estes canais para consolidar sua oposição ao atual ministro das Relações Exteriores com vistas à sua substituição em 1906 por outro nome para a pasta.

³²⁰ Oliveira Lima, *op. cit.*, p.99.

³²¹ *Ibidem*, p.109.

³²² *Ibidem*, p.111.

³²³ Malatian, *op. cit.*, p.505.

Esta estratégia, embora assegure a permanência de Oliveira Lima na corporação apesar de sua oposição aberta em artigos de jornais e em seus círculos de sociabilidade, encontra na indicação de Rio Branco para continuar na pasta de ministro das Relações Exteriores um elemento com o qual o diplomata até então não contava. A aposta de Oliveira Lima de que o barão seria substituído e que o novo ministro lhe garantiria melhores posições, possivelmente um posto na Europa, não se concretiza. Data, portanto, de 1906 uma leve mudança nos tons de crítica do diplomata ao barão. Além de o seu livro *Pan-Americanismo* conter uma dedicatória “ao sr. barão do Rio Branco”, por este ter proferido um discurso que não deixou de render tributos à Europa ao mesmo tempo em que não indicou uma perfeita inclusão do Brasil no *sistema americano* e que, ao fim e ao cabo, forneceu a melhor “nota justa do que deve ser nossa atitude entre uma nação que precisa do nosso apoio moral tanto quanto nós do dela, e um continente ao qual nos prendem os mais estreitos laços de sangue, de economia e de civilização”³²⁴, é clara a tentativa posterior de o autor se desvencilhar da qualificação de “anti-pan-americanista”. Defende-se desta alcunha, utilizada abertamente pela imprensa, em carta publicada no *Jornal do Recife* a 26 de agosto de 1906, quando afirma ser novamente um monroísta nos termos de 1823 e defende a manutenção da amizade brasileira com os Estados Unidos:

[J]ulgando inconveniente a associação que se fazia entre o seu nome e a corrente dissidente do Pan-americanismo, colocou-se tão somente como um escritor [...] prezando, por isso mesmo, a independência de opinião, ao passo em que reafirmou a manutenção nas posições assumidas anteriormente no seu livro *Nos Estados Unidos*, no que dizia respeito à associação entre os dois países, considerando apenas insensato que esta se desse em prejuízo do Brasil.³²⁵

Podemos entender a dedicatória a Rio Branco e a reafirmação de suas idéias monroístas como parte de uma estratégia política de distensão das tensões que envolviam os dois diplomatas há mais de quatro anos. Uma vez que os cálculos de Oliveira Lima não se confirmaram e Rio Branco manteve-se na pasta por mais um mandato de quatro anos, não era mais conveniente manter o tom

³²⁴ Oliveira Lima, *op. cit.*, p.110.

³²⁵ Borges, *op. cit.*, p.133-4.

irônico de suas cartas, artigos e discursos do período de 1903 a 1906. Oliveira Lima, então, passa a distinguir entre o americanismo exacerbado do embaixador em Washington e a posição equilibrada de nosso ministro, que soube aliar o elogio à Europa com a aproximação aos Estados Unidos sem subordinar os interesses brasileiros. Nesse sentido, o diplomata contribuiu indiretamente com esta distinção entre os dois promotores de uma política americana para a construção da narrativa institucional, que qualificará Rio Branco como um político mais cético e equilibrado em sua campanha monroísta, as expensas de Joaquim Nabuco, ardoroso e exagerado em seu apoio ao rooseveltismo.

4.4.3. A Conferência de Haia (1907)

As divergências entre Nabuco e Rio Branco começam a se manifestar ao final de 1906 com a conclusão da III Conferência Pan-Americana e o início dos preparativos para a presença brasileira na Conferência de Haia, a ser realizada no ano seguinte. Abalado pelas constantes críticas feitas pelo ex-amigo Oliveira Lima em cartas particulares e em artigos de jornal à sua pessoa e à política excessivamente rooseveltista implementada em Washington, Nabuco passa a reconhecer em Rio Branco não mais um aliado ao seu projeto político - que até então acreditava ser este compartilhado pelo ministro - mas sim uma autoridade que coloca constantes obstáculos ao que acredita ser a única política externa possível para o Brasil no atual cenário internacional.

Na verdade, devido à escassa documentação ligada ao barão do Rio Branco, uma vez que, entre outras coisas, mandava que seus correspondentes queimassem as cartas e telegramas de sua autoria após leitura imediata, é difícil reconstituir as idéias do ministro quanto ao seu projeto político de inserção internacional para o Brasil ou mesmo seu posicionamento no debate entre as idéias americanistas, iberistas e latino-americanistas. De fato, é difícil posicionar claramente as idéias do barão nos debates que vimos sendo construídos até agora³²⁶. O que podemos afirmar é que, como Nabuco, Rio Branco compartilhava

³²⁶ Bueno, 2003, p.23.

na década de 1890 do medo de sul-americanização do Brasil, como assim o definia o amigo em cartas para ele endereçadas. Rio Branco percebia a instabilidade política no continente sul-americano como um sinal de fraqueza perante os intentos imperialistas dos países europeus; dessa forma, procurava antes diferenciar o Brasil de seus vizinhos no cenário internacional ao mesmo tempo em que mantinha boas relações com os mesmos no plano regional, pois seria do interesse de todos nós “concorrer para que se encerre a era das revoluções nesta parte da América do Sul. Tão freqüentes agitações e desordens desacreditam na Europa e nos Estados Unidos todos os latinos [...] da América [...]”³²⁷ Nesse cenário, nem mesmo a Doutrina Monroe será capaz de conter os avanços imperialistas no continente. A mesma linha de pensamento perpassa outro artigo anônimo cuja autoria é atribuída ao Barão:

O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas; está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento. O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estereis dos países sul-americanos, entretendo com esses estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população. Deve ser esse também o impulso da política argentina. *Emancipar-se da “sul-américa” no que esta expressão traduz de desairoso. Para isso extinga a nação platina os últimos fumos do caudilhismo, não sonhe com supremacias instantâneas nesta débil América do Sul [...]*.³²⁸

As aspirações do Brasil não se limitariam ao entorno regional; mas, para se preservar de possíveis apetites imperialistas, é necessário que os países vizinhos superassem a instabilidade política que poderia transformá-los em alvos fáceis para a expansão dos países europeus. O enfraquecimento da região poderia, assim, colocar em risco as aspirações do Brasil no cenário internacional. Esta linha de pensamento, contudo, não implica, pelo menos inicialmente, a crença de que os países latino-americanos deveriam estabelecer algum tipo de aliança formal *contra* os Estados Unidos ou a Europa. Para Rio Branco, uma liga das repúblicas hispano-americanas seria “[...] pensamento irrealizável, pela impossibilidade de

³²⁷ Despacho de Rio Branco para Buenos Aires, 22/11/1904, *apud* Bueno, *op. cit.*, p.134.

³²⁸ Cadernos do CHDD, 2003, p.414, grifo meu.

acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles.”³²⁹

Em relação à Doutrina Monroe e à aproximação realizada entre o Brasil e os Estados Unidos, os documentos apontam uma mudança: entre os anos de 1904 e 1906, Rio Branco mostra-se bastante simpático ao “governo amigo”³³⁰ e ao monroísmo que ele sustenta; a partir das preparações para a Conferência de Haia, o ministro se mostra mais ambíguo na extensão do apoio prestado à república norte-americana frente aos países europeus. Em relação ao primeiro momento, em entrevista concedida ao jornal *La Nación* publicada em 26 de julho de 1906, defende que a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos é uma aproximação útil para todos, “porque se trata do intercambio dos productos commerciaes e de contribuir para que as Republicas sul-americanas se preocupem com o seu futuro, evitando que a Europa possa exercer alguma pressão sobre ellas.”³³¹ Já em relação ao segundo momento, afirma que

[o] nosso desejo de estreitar cada vez mais as relações de amizade e desenvolver as de comércio entre o Brasil e as demais nações do continente não envolve de modo algum qualquer pensamento de hostilidade à Europa.³³²

Em relação ao monroísmo, assim como Nabuco, Rio Branco o compreendia como uma doutrina defensiva para o continente com a diferença de que a imaginava como um instrumento simbólico e não um mecanismo real de dissuasão, uma vez que os Estados Unidos não teriam capacidade real de proteger todo o continente. Em ofício às legações como preparação para a III Conferência Pan-Americana, Rio Branco enquanto chanceler manifestava o posicionamento oficial a ser assumido no evento em relação à política continental:

Número 5. *Quanto à política continental: Pensamos que o monroísmo será geralmente aceito para o fim de se declararem todos unidos no pensamento de impedir qualquer expansão colonial ou tentativa de conquista européia neste continente, excetuado do monroísmo o caso de qualquer ocupação bélica*

³²⁹ Despacho reservado para Washington, 31/01/1905 de Rio Branco a Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, *apud* Bueno, *op. cit.*, p.147.

³³⁰ Manuscrito de Rio Branco aposto ao ofício de Buenos Aires, 31/12/1905, *apud* Bueno, *op. cit.*, p.148.

³³¹ Artigo intitulado “Política Americana” publicado no *Jornal do Comércio* a 04 de agosto de 1906. Arquivo de Joaquim Nabuco, AHI-RJ.

³³² Circular de 13/03/1906 assinada por Rio Branco. Cadernos do CHDD, 2005, p.290.

*temporária, como represália e em defesa da honra ultrajada ou de interesses legítimos de alguma nação européia. Acreditamos que nem mesmo os Estados Unidos, com os seus imensos recursos, poderiam eficazmente exercer a polícia amigável ou paternal que desejariam exercer, salvo no mar das Antilhas. Olhando para o mapa, somos vizinhos de muitos países, mas vizinhos à moda da América, como dizia o conde de Aranda, no século XVIII, separados estes povos, uns dos outros, por desertos imensos. Só via Europa ou Estados Unidos nos comunicamos com alguns dos vizinhos. No que diz respeito ao Brasil, a nossa influência e bons ofícios de amizade só se podem exercer com alguma eficácia sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, procurando nós operar de acordo com a Argentina e o Chile. Um acordo geral de todas as nações americanas é mais impossível ainda do que entre as européias. O concerto europeu é formado apenas pelas chamadas grandes potências. Pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil. Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número, sempre que se tratasse de tomar qualquer resolução.*³³³

A formação de uma coalizão americana contra a posição européia, idéia aventada mesmo por Rui Barbosa durante a Conferência em Haia, encontra em Rio Branco um adversário fervoroso. Segundo ele, se esta idéia for apresentada, a de um “acordo especial entre as nações do nosso continente para a criação de um tribunal arbitral composto somente de americanos, entende o governo brasileiro não dever dar-lhe o seu assentimento.”³³⁴ O ministro percebia diversos problemas nessa proposta. Primeiro porque isto seria considerar que o sistema americano é independente do europeu o que, segundo sua perspectiva e diferentemente das idéias de Nabuco, estaria incorreto. Em disputas regionais, segundo o chanceler, ao Brasil é mais seguro contar com um árbitro europeu do que com um latino-americano, dada as conhecidas disposições por parte dos vizinhos de condenar as posições brasileiras.³³⁵ Em segundo, não há traços que unam os países do continente além da herança ibérica - contrariando o latino-americanismo de Oliveira Lima, que via na “raça” uma fonte de união, para Rio Branco era fonte de antipatia -, o que não seria suficiente para desfazer os demais abismos políticos

³³³ Circular de 13/03/1906 assinada por Rio Branco, grifo meu. Cadernos do CHDD, *op. cit.*, p.292-3.

³³⁴ Circular de 31/10/1907 assinada por Rio Branco. *Idem*, p.315.

³³⁵ Circular de 13/03/1906 assinada por Rio Branco. *Idem*, 2005, p.291.

que os separam. Em terceiro, porque a vitória da maioria, em caso de um acordo entre todos os países do continente, se daria as expensas dos interesses das principais repúblicas continentais. Para uma aliança ser realizada, portanto, deveria levar em consideração sempre essas barreiras e ser estabelecida apenas entre EUA, México, Brasil, Argentina e Chile sem a pretensão de formar um *sistema americano* independente. Em resposta às sugestões de Rui Barbosa, coloca Rio Branco que

[c]ontinuamos a pensar não deve o Brasil concorrer para a formação de um tribunal latino-americano separando-nos assim dos Estados Unidos da América e da Europa. Sobretudo no momento atual, pareceria que procuramos formar uma liga latino-americana em oposição à Grande República do Norte, cuja amizade devemos continuar a cultivar a despeito da lamentável divergência que nos separa neste momento da sua delegação na Haia.³³⁶

E continua:

“Sendo notórias as prevenções e a falta de simpatia que em várias repúblicas de língua espanhola habitualmente encontram o Brasil e os Estados Unidos da América, parece inquestionável que não poderíamos achar sempre na maior parte dos juizes hispano-americanos condições de imparcialidade quanto tivessem de julgar causas em que o Brasil fosse parte. [...]” [...] Vê, portanto, V. Exa. que o governo do Brasil, desde que apareceu tal idéia, foi sempre contrário à formação de um Tribunal Permanente de Arbitragem, composto de juizes nomeados por todas as repúblicas da América, e, com mais fundamento ainda, se opôs e se opõe à constituição de um Tribunal Latino-Americano.³³⁷

Se as posições de Rio Branco e de Nabuco em relação à política americana não convergiam perfeitamente, especialmente no que tange ao alcance limitado do monroísmo e à inexistência de um sistema americano independente do sistema europeu, as divergências começam a ficar claras no início de 1907. Já descontente com a posição conciliatória assumida pelo Chanceler na III Conferência Pan-Americana de limitado apoio à política americana, Nabuco compreenderá como uma ofensa a sua não indicação para liderar a delegação brasileira em Haia. A escolha de Rui Barbosa é vista pelo embaixador como uma forma de marginalizar

³³⁶ Circular de 31/10/1907 assinada por Rio Branco. Cadernos do CHDD, *op. cit.*, p.317.

³³⁷ Circular de 31/10/1907 assinada por Rio Branco. *Idem*, p.317-8.

a política que vem implementando em Washington e como uma mudança de concepção do chanceler do que seria a política brasileira para o continente. Data especialmente de janeiro a março deste ano as manifestações de desentendimentos entre os dois. Muito embora uma série de autores comprometidos com a narrativa institucional arrefeça o conteúdo de desavenças entre os dois ³³⁸ ao afirmarem que “[...] tais exteriorizações só poderiam ser atribuídas à ação subterrânea de prováveis envenenadores, de possíveis interessados num desentendimento entre Rio Branco e Nabuco que ia de vento e popa na sua política de união”³³⁹, o que estes eventos sublinham é que a implementação da política continental não ocorria sem conflitos entre o ministro e o chanceler e que os projetos políticos de Nabuco e Rio Branco para a inserção internacional do Brasil eram diferentes, embora não antagonicos como aquele difundido por Oliveira Lima.

Essas divergências levam Nabuco a afirmar que Rio Branco “[...] serviu-se de Haia para fazer política *sul-americana*, popularidade e legenda nacional”³⁴⁰. Importante notar que Nabuco concebe a política sul-americana como uma estratégia completamente distinta daquela que implementava, a de sua política americana. Qualquer aliança estabelecida com um país que não os Estados Unidos deveria ser realizada de forma cautelosa para não comprometer a amizade com este país, pois ele seria, como Nabuco continuamente reitera, o centro da nossa única política externa possível³⁴¹. Ecos anti-americanos explorando os desentendimentos entre a delegação norte-americana e a delegação brasileira em Haia e indícios de um desacordo entre Rio Branco e Nabuco quanto aos rumos da política externa brasileira levam o embaixador a escrever a seguinte carta a um destinatário desconhecido, possivelmente o próprio chanceler:

O nosso interesse é uma quasi aliança com os Estados Unidos, um accordo perfeito. Não creio que isso nos prejudicasse na Europa. É do nosso interesse participar da esfera neutra do globo, que é a America, e não à sua esfera belligerante, que é o Velho Mundo. Um Brazil apoiado na amizade americana seria um campo muito mais seguro para todos os empregos do capital e da actividade européa, inclusive a immigração, do que um

³³⁸ Andrade, *op. cit.*, p.74-5.

³³⁹ Ibidem, p.46.

³⁴⁰ Entrada de 10 de outubro de 1907. Mello, *op. cit.*, p.653.

³⁴¹ Entradas de 04 de setembro de 1907, Mello, *op. cit.*, p.650-1, e de 06 de setembro de 1907, Ibidem, p.652.

Brazil suspeito, como as outras Republicas Americanas, e portanto suspeito a ellas. Minha escolha, porem, esta feita, e, se essa não é a política do Governo, é pena que tenham mandado para cá um homem das minhas idéas pois terei trabalhado em vão com o maximo interesse de que sou capaz e pondo ao serviço d'essa conquista tudo que tenho de imaginação e [Termina abruptamente].³⁴²

Por outro lado, se Rio Branco não manifesta inteira concordância ao posicionamento de seu embaixador, procura controlar os danos que as divergências em Haia podem causar no relacionamento bilateral. Em circular interna, o ministro afirma que está “muito convencido de que as dissidências entre as duas delegações na Haia em nada poderão abalar a velha e cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos”³⁴³ e em carta a Rui Barbosa pede a ele que pronuncie discurso em que demonstrasse que ele não responsabiliza os Estados Unidos pelo desacerto de sua delegação em Haia e que continua a nutrir os mesmos sentimentos de amizade para com a nação proferidos em 1906.³⁴⁴

Esse posicionamento não é suficiente para diminuir as tensões e apagar as divergências entre o chanceler e o embaixador. O ano de 1908 aparece na relação entre os dois como um momento em que Nabuco combate ferozmente indícios de anti-americanismo no Brasil e a idéia, aventada por Rio Branco, de estabelecer uma aliança entre os principais países da América do Sul, Argentina, Brasil e Chile (o intitulado “Tratado ABC”). Para Nabuco, esta seria a confirmação de que Rio Branco não mais elegia a política americana como prioridade e que a tinha substituído pela política sul-americana como forma de aumentar o seu prestígio pessoal no país e na região sem considerar os perigos impostos a essa nova orientação. Frente à oposição de Nabuco, Rio Branco escreve que entende que

[...] é direito nosso operar nessa parte do continente sem ter que pedir licença ou dar explicações a esse governo [dos EUA], como pelas provas tantas vezes dadas da nossa amizade temos o

³⁴² Carta de Joaquim Nabuco a destinatário desconhecido, 1907 (dia e mês desconhecidos), FJN.

³⁴³ Circular de 16/09/1907 assinada por Rio Branco. Cadernos do CHDD, *op. cit.*, p.331.

³⁴⁴ Carta de Rio Branco a Rui Barbosa, 12/01/1908, AHI-RJ.

direito de esperar se não envolva ele para ajudar desafetos nossos nas questões em que estejamos empenhados [...].³⁴⁵

Ao que Nabuco responde em longa carta enviada ao barão em 18 de janeiro de 1908 em que ressalta os perigos de uma aliança sul-americana e da reprodução de artigos anti-americanos na imprensa brasileira, os quais qualifica como artigos “no espírito da *Ilusão Americana*”³⁴⁶. Caso este “fosse o evangelho de nosso patriotismo, estaríamos *doomed*”³⁴⁷, pois, segundo o embaixador, o povo americano não deve ser convencido de que lhe queremos mal, caso contrário nossa integridade seria colocada em discussão e deveríamos esperar atos de ressentimento por parte dos Estados Unidos. Nesse caso, “[c]omo poderíamos defender Fernando de Noronha melhor do que Columbia a Panamá?”³⁴⁸ Além disso, para ele o projeto de aproximação entre as duas repúblicas não pode ser tarefa de um homem só nem mesmo consolidado em uma única administração e depende do empenho de governos vindouros assim como da união de propósitos. E continua: “Não, deixemos a *Ilusão Americana* de lado. No tempo em que foi escripta, era um desabafo innocente. Hoje que há uma política mundial activa por toda parte, seria um auxiliar das cobiças estrangeiras.”³⁴⁹

Quanto à outra parte do pesadelo, não descansarei tranquillo enquanto não souber que abortou a tentativa do Zeballos. [...] Mal acceita [uma aliança entre os países do continente], ela seria causa de desconfianças e attritos, impediria toda intimidade entre os dois Governos Brasileiro e Americano e o resultado mais certo della seria que os países ribeirinhos superiores do Amazonas procurariam colocar-se sob uma espécie de protectorado Americano. Sei, como V. me diz, que temos o direito de celebrar allianças que quisermos sem dar explicações. Mas se por infelicidade celebrássemos qualquer alliança sul-americana, penso que devemos tranqüillizar sobre os motivos e o alcance desta a nação amiga, à qual teríamos que recorrer em qualquer grave emergência. Falo-lhe com esta franqueza por dois motivos: primeiro, por interesse pelo seu nome, por não querer vel-o associado a uma política, a meu ver, de conseqüências desastrosas; depois, para que V., que sabe bem que eu não sei nada fazer sem o concurso de minha própria convicção e sem entusiasmo, vá pensando em dar-me substituto se nossa política externa transformação de mudar o

³⁴⁵ Despacho Telegráfico n.º 4 de Rio Branco para Joaquim Nabuco, Embaixador em Washington, de 10/01/08, AHI, *apud* Conduru, *op. cit.*, p.66.

³⁴⁶ Carta de Nabuco a Rio Branco, 18/01/1908, AHI-RJ.

³⁴⁷ *Idem.*

³⁴⁸ *Idem.*

³⁴⁹ *Idem.*

seu eixo de segurança dos Estados Unidos para o Rio da Prata.³⁵⁰

Caso o eixo de segurança da política externa brasileira transmigre dos Estados Unidos para o Rio do Prata, Nabuco ameaça colocar-se em disponibilidade antes que manifestar a sua falta de apoio publicamente ao que considera desarranjos da política externa brasileira com o estabelecimento de uma aliança sul-americana:

De certo prefiro perder o meu lugar a ficar calado deante do Presidente e do Mr. Root a respeito de uma alliança Sul-Americana, a não poder dizer-lhe que Ella em nada modifica a nossa attitude para com este paiz; que em caso algum faríamos causa commum com outras nações contra esta, e que nos achamos tão livres para qualquer accordo particular com ella como antes, não tendo nenhum compromisso de lhes dar conta a ninguém de nada que se possa passar entre nós e os Estados Unidos, nem mesmo que fosse uma outra alliança. Com esta lealdade sirvo melhor a sua política do que lhe encubrisse os meus sentimentos e convicções. Você se lembrará de que eu só acceitei este posto para fazer nelle política de approximação americana e para Ella a nossa alliança com a Argentina e o Chile, que não fosse uma pura cortesia e não nos permittisse as explicações que referi, seria o dobre fúnebre.³⁵¹

Para Nabuco, portanto, dois seriam os desafios à sua política americana: a aliança com países sul-americanos, se esta concorresse com o apoio aos Estados Unidos, e a manifestação de idéias anti-americanas. Após expressar seu desacordo a Rio Branco, Nabuco procurará combater estes dois desafios através do recurso a sua rede de contatos. Procurará, por exemplo, José Carlos Rodrigues, editor do *Jornal do Comércio*, e pedirá que este continue a publicar artigos que respondam à *Ilusão Americana*, como os artigos publicados sob o pseudônimo Penn (que atualmente atribui-se a Rio Branco), para desfazer “o fomento de uma antipathia somente perigosa para nós”³⁵². Por outro lado, escreve ao novo ministro em Buenos Aires, Domício Afonso Forneiro da Gama, para que ele combata a idéia de uma aliança sul-americana:

³⁵⁰ Carta de Nabuco a Rio Branco, 18/01/1908, AHI-RJ.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Carta de Nabuco a José Carlos Rodrigues, 16/02/1908, FJN.

Muito espero de sua influencia ahi e de sua amizade com Rio Branco. [...] Amigo como sou da Argentina e do Chile, não quizera, porem, a noticia de uma tríplice alliança nossa para equilibrar a política do Continente. Considerarei um erro gravíssimo toda política que nos tire a nossa liberdade de nos identificar cada vez mais intimamente com os Estados Unidos. A união dos trez Estados seria somente para um d'elles causa de fraqueza, e causaria desconfiança aqui, fazendo os Estados do Norte de America do Sul recorrer ao protectorado Americano. Meu sentimento a esse respeito já tem sido expresso de modo mais franco ao Presidente e ao Rio Branco. A tal política eu não poderia servir.³⁵³

Nos Estados Unidos, a defesa do pan-americanismo passou a ser realizada pelo embaixador a partir de 1907 - ou seja, a partir do aprofundamento das discórdias em relação aos rumos da política externa com o ministro brasileiro - por meio de conferências e discursos realizados em universidades norte-americanas nos quais elogiava as qualidades da civilização norte-americana e indicava como sua sociedade contribuía para a marcha da humanidade.³⁵⁴ No final de 1908 escreve ao amigo Graça Aranha reclamando da sua marginalização pelo barão e pelo fato de que “Haia acabou com a pouca simpatia que a aproximação americana aí inspirou um momento. Parece-me estar pregando no deserto.”³⁵⁵ Sua morte poucos anos depois, em 1910, o exílio de Oliveira Lima nos Estados Unidos e o falecimento de Rio Branco em 1912 diluem as disputas políticas que marcaram o processo de formulação e implementação da política externa brasileira da primeira década do século XX e consolidam a sua versão vitoriosa por meio da caracterização posterior de um “paradigma americanista”.

Apesar das narrativas que apontam para o caráter consensual da política externa brasileira entre os anos de 1903 e 1908, os projetos acerca da posição internacional a ser assumida pelo Brasil não foram, portanto, formulados e implementados sem conflitos entre posições divergentes, especialmente dentro da própria corporação diplomática. Ao contrário do que alguns autores defendem de que a política de Rio Branco não conheceu opositores, porque este “sempre entendeu que a política pairava sobre os partidos, facções e paixões partidárias

³⁵³ Carta de Nabuco a Domício Afonso Forneiro da Gama, 31/10/1908, FJN.

³⁵⁴ Borges, *op. cit.*, p.133.

³⁵⁵ Entrada de 18 de agosto de 1908. Mello, *op. cit.*, p.680-1.

provisórios”³⁵⁶, argumento que ela foi construída dentro da instituição por meio de disputas entre projetos políticos distintos defendidos pelos três principais atores responsáveis pela sua formulação e implementação - Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, os dois últimos caracterizados na época como o “par homérico de nossa diplomacia”³⁵⁷. Essas disputas se expressaram através da produção de idéias e conceitos que marcavam as suas posições dentro da gramática lingüística do período - amplamente compartilhada pela comunidade diplomática e pelos atores políticos do período - e foram executadas nos círculos sociabilidade tradicionais e não tradicionais, como a ABL e o IHGB, movimentando a ampla gama de contatos e alianças desfrutados por estes três atores. Portanto, as idéias que orientaram a política externa da primeira década do século XX não resultaram de uma atividade consensual e apartidária³⁵⁸, mas foram produzidas em meio a disputas que dinamizavam o debate e que revelavam o caráter politizado da atividade diplomática e do conteúdo da política externa.

4.5.

Quando os agentes históricos encontram os personagens

O debate de idéias construído durante o processo de produção da política externa brasileira na Primeira República acirrou-se com a ascensão do barão do Rio Branco para a pasta de ministro das Relações Exteriores e com a aproximação da república brasileira com a república norte-americana. Desse debate participaram, além do chanceler, outros dois atores com cargos-chave e/ou com capacidade de manipular capital político relevante para a implementação da política externa do período: o embaixador em Washington, Joaquim Nabuco, e o diplomata, historiador e jornalista, Manuel de Oliveira Lima. As idéias e os conceitos por eles elaborados no período de 1903 a 1908 expressaram as suas divergências em relação aos projetos políticos que divisavam para efetivar a inserção internacional do Brasil - compreendidos por aqueles que compartilhavam

³⁵⁶ Bueno, *op. cit.*, p.128.

³⁵⁷ Expressão emprestada de artigo de Arthur Orlando intitulado “Pan-Americanismo (I)” e publicado no Jornal do Comércio em 1906. Arquivo de Joaquim Nabuco, AHI-RJ.

³⁵⁸ Silva, *op. cit.*.

da gramática lingüística do período - e foram responsáveis por capitanear alianças e desafetos, além de complexificar o conteúdo da política externa.

Podemos entender a construção de diferentes versões do conceito de “pan-americanismo” por estes três atores no processo de defesa de seus projetos. Para Joaquim Nabuco, a única política externa possível para o Brasil em um momento em que se acirravam as tensões e os apetites imperialistas no cenário internacional era fazer *política americana* apoiada pela ratificação do *monroísmo* aventado pela administração norte-americana. O *pan-americanismo* seria, nessa concepção, um movimento dos Estados Unidos de construção e defesa de um *sistema continental* que preservasse a sua *zona neutra de paz* da *zona beligerante* do mundo e, assim, preservasse a soberania dos países americanos contra qualquer ameaça de invasão por parte do continente europeu. Já para Oliveira Lima, o *pan-americanismo* seria expressão dos apetites imperialistas norte-americanos para o continente e estaria apoiado em uma versão muito específica do monroísmo, o *rooseveltismo*, capaz de transformar uma doutrina defensiva em uma *doutrina ofensiva* para justificar as ações dos Estados Unidos nos demais países americanos. Os países latino-americanos não deveriam obliterar os seus laços de raça e cultura, frutos de uma *herança ibérica* comum, de forma a constituir uma *união pan-americana* que se baseasse em um *monroísmo latinizado* e que, assim, evitasse a liderança imperialista norte-americana e colocasse os países americanos em caráter de igualdade. Esta seria a melhor forma de proteção de sua soberania.

Rio Branco, por sua vez, em uma posição mais delicada no debate político, camufla seu posicionamento até precisar combater as dissidências que surgem entre seus diplomatas. Nestes momentos, em cartas pessoais ou em memorandos e circulares internas, aventa a posição oficial e dilui os conflitos. Embora se mostre simpático à aproximação com os Estados Unidos, não acredita que o *monroísmo* sozinho seja capaz de garantir proteção ao Brasil e aos demais países do continente, especialmente às *repúblicas sul-americanas*. Estas devem ser capazes de combater a instabilidade política doméstica para se mostrarem menos vulneráveis às expansões européias e incursões no continente e cabe ao Brasil manter boas relações com os seus vizinhos ao mesmo tempo em que se distingue deles no campo internacional. A simpatia ao caso da aproximação vai para o

segundo plano, quando então passa a ser acusado por Nabuco de realizar *política sul-americana* a expensas de sua *política americana* a partir da elaboração de um Tratado entre Argentina, Brasil e Chile, o que não necessariamente signifique que compartilhasse dos mesmos preceitos latino-americanistas que Oliveira Lima; frente à idéia de formação de um Tribunal Permanente Latino-Americano na Conferência de Haia, sublinha que há mais diferenças que semelhanças entre os países latinos e que aquelas não podem ser apagadas diante de critérios de raça e/ou frente a uma herança européia supostamente compartilhada.

A elaboração das idéias que orientaram a condução da política externa foi, assim, um processo que dependeu ainda do resultado desse debate de idéias e da formação de alianças e contra-alianças para sustentar projetos que muitas vezes não só denotavam distintas concepções da política internacional e do papel do Brasil no mundo como participavam das estratégias individuais de inserção institucional e de ascensão política. Uma narrativa politizada em que os agentes históricos estão muito distantes dos personagens que alimentam os mitos políticos associados a essas figuras.³⁵⁹

A manutenção de uma determinada narrativa da memória institucional do Itamaraty - a qual a própria instituição caracteriza como “tradição” - depende da reprodução de tais mitos políticos associados ao período e da supressão do agente histórico em favor do personagem, isto é, da elaboração de uma perspectiva despolitizada de que a idéia de que a aproximação com os Estados Unidos é um dos pilares de nossa política externa produzida como um legado da aliança entre o barão e Nabuco. Esta é uma maneira de diluir as dissidências, os embates e os conflitos por projetos políticos dentro da instituição, o que garante a percepção de consenso, coesão e continuidade, valores caros ao Itamaraty. Nesse sentido lembramos João Vargas, que associa a idéia de continuidade no campo de ação externa ao encapsulamento de disputas e rupturas dentro do próprio Ministério, em uma lógica institucional que ocultaria as disputas inter-burocráticas³⁶⁰, e que sublinha o lugar central que a memória institucional ocupa no centro da cultura

³⁵⁹ Vinhosa, *op. cit.*, p.171.

³⁶⁰ Vargas, 2009, p.2.

institucional e o seu uso consciente para sublinhar o caráter de continuidade e de legitimidade das políticas do presente:

The memory of a diplomatic tradition is at the center of Itamaraty's institutional culture, imbued with an authority of its own that transcends the written rules and formal precepts that discipline life in the Ministry. The importance ascribed to memory in Itamaraty is drummed into new recruits from their first days in the diplomatic academy, and is noticeable in both diplomatic thought and Brazilian foreign policy.³⁶¹

A reprodução da memória institucional não depende apenas da diluição das dinâmicas institucionais que caracterizam determinados períodos. Ela depende ainda da contínua atualização de conceitos elaborados no momento de fundação da tradição para preservar o senso de continuidade, de coerência e unidade institucional. O capítulo seguinte analisará a atualização do conceito de pan-americanismo em um momento em que a política externa brasileira, nas gestões de Afonso Arinos de Melo Franco e Francisco Clementino de San Tiago Dantas, é diretamente influenciada pela lógica da Guerra Fria, por um lado, e pela progressiva instabilidade institucional, por outro, ao mesmo tempo em que deseja afirmar-se como um instrumento para o desenvolvimento do país.

³⁶¹ Vargas, *op. cit.*, p.14.